CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS CURSO DE LICENCIATURA E BACHARELADO EM HISTÓRIA.

FELIPE AUGUSTO PARAHYBUNA
GILMAR SILVA FERREIRA

CINE TEATRO CARLOS GOMES:

LUTA, TOMBAMENTO E MEMÓRIA.

CUFSA / FAFIL

SANTO ANDRÉ / SP

JULHO/ 2020

CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS CURSO DE LICENCIATURA E BACHARELADO EM HISTÓRIA.

FELIPE AUGUSTO PARAHYBUNA
GILMAR SILVA FERREIRA

CINE TEATRO CARLOS GOMES:

LUTA, TOMBAMENTO E MEMÓRIA.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Banca Examinadora do Curso de Licenciatura e Bacharelado em História, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Centro Universitário Fundação Santo André, como exigência parcial para a obtenção do grau de Licenciado e Bacharel em História, sob orientação do Prof. Dr. Gilberto Lopes Teixeira.

CUFSA / FAFIL

SANTO ANDRÉ / SP

JULHO / 2020

Ficha Catalográfica para publicação eletrônica de trabalho de conclusão do curso de História, pela Biblioteca Comunitária Jacob Daghian/Repositório Institucional, do Centro Universitário Fundação Santo André.

FERREIRA, Gilmar Silva ; PARAHYBUNA, Felipe Augusto.

Cine Teatro Carlos Gomes: Luta, tombamento e memória / FERREIRA, Gilmar Silva ; PARAHYBUNA, Felipe Augusto. Santo André, 2020, 61 páginas.

Trabalho de conclusão de curso. Centro Universitário Fundação Santo André. Curso de História.

Orientador(a): Prof. Dr. Gilberto Lopes Teixeira

Palavras-chave:1. Patrimônio histórico; 2. Memória; 3. Resistência; 4. Identidade Cultural.

Candidatos: Felipe Augusto Parahybuna/Gilmar Silva Ferreira.

Título: Cine Teatro Carlos Gomes: Luta, tombamento e memória.

A Banca Examinadora, em sessão realizada a _____/_____/_____, considerou a Monografia apresentada como exigência parcial para a obtenção do grau de Licenciatura e Bacharelado em História:

( ) Aprovada ( ) Reprovada

_____

Prof. Dr. Gilberto Lopes Teixeira

Orientador(a)

_____

Profa. Dra. Maria Antonia Dias Martins

_____

Profa. Dra. Mirna Busse Pereira

Dedicamos este trabalho aos nossos respectivos familiares e todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para que fosse possível a conclusão do mesmo.

AGRADECIMENTOS

Como este trabalho foi realizado em dupla acreditamos ser justo que utilizemos este espaço para agradecer tanto as pessoas que contribuíram para a construção desse trabalho de conclusão de curso quanto às pessoas que nos auxiliaram na nossa formação individual.

Eu, Felipe agradeço aos meus pais Márcia Cristina Nunes Parahybuna e Roberto Aparecido Parahybuna que em conjunto com a minha irmã Ana Beatriz sempre me apoiaram nesta jornada universitária desde o princípio, gostaria de agradecer também ao colegiado de história por todo apoio ao longo dos anos especialmente ao nosso orientador Professor Gilberto e por fim um agradecimento especial aos amigos Fernando de Brito, Leonardo Lazari e Eduardo Gombio pelo apoio em períodos conturbados.

Eu, Gilmar agradeço a minha mãe Maria do Socorro Silva Ferreira ao meu pai José Ferreira Filho e aos professores que ajudaram no decorrer do curso. Um agradecimento especial a amiga Daiane Morais de Souza Santos pela ajuda nos momentos de dificuldades enfrentados durante os anos de curso.

RESUMO

O tema desta pesquisa refere-se ao patrimônio histórico da cidade de Santo André. O objeto de estudo e investigação é o imóvel tombado Cine Teatro Carlos Gomes que fica localizado na Rua Senador Flaquer n°110 no centro da cidade. O recorte temporal da pesquisa será da metade final da década de 1980 até 2012 ao final da gestão municipal do doutor Aidan Ravin. O foco da nossa reflexão é a precarização e o abandono sofrido pelo Cine Teatro Carlos Gomes na década de 1980 quando o mesmo chega a fechar e se transformar em uma loja de tecidos e posteriormente em um estacionamento, é neste momento que a sociedade civil andreense começa a se organizar em um grupo que se denominou “SOS Carlos Gomes” para reivindicar a preservação e o tombamento de um espaço que é tão importante para a história da cidade, afinal trata-se do quinto cinema de rua inaugurado no Brasil do ano de 1925.

Palavras-chave: 1. Patrimônio histórico; 2. Memória; 3. Resistência; 4. Identidade Cultural

ABSTRACT

The theme of this research lies in the historical heritage of the city of Santo André. The goal behind this effort of investigation is the heritage-listed Cine Teatro Carlos Gomes which is located at the Senador Flaquer Street, n°110, downtown Santo André. The temporal cut of this research will be the second half of the decade of 1980 until 2012 at the end of the four-year mayoral term of Dr. Aidan Ravin. The main focus of our discussion is centered around the precarization and abandonment of Cine Teatro Carlos Gomes during the late 80’s when the Cine Teatro Carlos Gomes was shut down and ended up becoming a retail textile business and subsequently a parking lot, it is in this very moment that the civil society of Santo André came around to organize itself in a self proclaimed group called “SOS Carlos Gomes” claiming the preservation and heritage-listing of this place of such importance to the history of the city, after all this was the fifth movie theater opened in Brazil until then in 1925.

Key-words: 1. Historical heritage; 2. Memory; 3. Resistance; 4. Cultural Identity

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: ENTRADA DO CINEMA (SEM DATA) OBS: o filme “Os Trapalhões e o rei do futebol” estreou em junho de 1986..... 17

Figura 2: Carnaval na frente do Cine Teatro.....17

Figura 3: Cine Teatro Carlos Gomes parte interna..... 18

Figura 4: Desapropriação do Cine Teatro Carlos Gomes pela Prefeitura de Santo André (SP) na gestão do PT (Santo André-SP, 13 ago. 1991]) / Crédito: Fernando Ferreira/Prefeitura de Santo André (SP).....26

Figura 5: Apresentação do grupo de Taiko Shinkyo Daiko durante a manifestação do dia 28/07/2012. Repórter Diário.....32

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO..... 8

2. A RELAÇÃO CINE TEATRO CARLOS GOMES E SOCIEDADE ANDREENSE.....16

3. A RELAÇÃO CINE TEATRO CARLOS GOMES E PODER PÚBLICO MUNICIPAL....34

3.1 ABANDONO E FECHAMENTO DO CINEMA (1989-1988)..... 36

3.2 RECONHECIMENTO DO VALOR HISTÓRICO DO PATRIMÔNIO (1989-1992)...48

3.3 NOVA CRISE ESTRUTURAL (2009-2012)..... 54

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 58

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 60

1. INTRODUÇÃO

O tema do nosso trabalho de conclusão de curso é o patrimônio histórico na cidade de Santo André, sendo o Cine Teatro Carlos Gomes o objeto de pesquisa, atualmente localizado na Rua Senador Fláquer número 110, Bairro do Centro. O período investigado inicia-se na década de 1980 (Gestão municipal de Newton Brandão-PTB) quando o cinema sofreu com o processo de fechamento e passou a abrigar atividades comerciais. Neste momento, parte da sociedade andreense indignou-se e reivindicou a sua preservação. O recorte temporal encerra-se na gestão do prefeito Aidan Ravin (2009-2012) quando outra crise estrutural abala os o antigos cinemas. A seguir, apresentaremos breve biografia sobre o Cine Carlos para que o leitor possa tomar conhecimento da origem do prédio e sobre seu período de funcionamento pleno em que seu espaço sediava outras atividades culturais além de exibir filmes.

O Teatro Carlos Gomes foi inaugurado no dia 12 de setembro de 1912 por Vicenzo Arnaldi. Nessa época, o município ainda era chamado de São Bernardo do Campo. Em 1917 o local foi arrendado para os irmãos Arthur e Ettore Gianotti da empresa Ettore Gianotti & Cia.Os irmãos abriram um botequim que funcionava nos horários em que aconteciam eventos como bailes e exibição de filmes, mas foi fechado em 1918. Em 1923 inicia-se a construção do novo prédio do teatro, na Rua Senador Flaquer número 14 (atualmente número 110) na esquina com a rua Dr. Cesário Mota e com fundo para a Rua Gertrudes de Lima. Esse prédio novo foi inaugurado no dia 15 de agosto de 1925.

Em 1932, ocorreu a primeira reforma do prédio que contou com a construção do acesso para automóveis e um ringue de patinação. Ainda nesse ano, o teatro tinha como funcionário, João Rubinato, conhecido, mais tarde, como Adoniran Barbosa. No ano de 1947, foi realizada a segunda reforma, que ampliou a capacidade para 1.400 pessoas. Todos os sistemas de iluminação e de ventilação foram substituídos e o teto ganhou a forma de uma estrela. Nas laterais foram colocadas arandelas (tipo de luminária presa na parede) de gesso sobre painéis de serragem prensada. Houve também a substituição do piso original por tábuas de ipê a fachada foi remodelada e passou a ter uma marquise sustentada por colunas retangulares. A partir de então as atividades passaram a ser mais voltadas para a exibição de filmes, mas, ainda fazia

parte da vida cultural da cidade. Em 1950 foi instalada uma tela “Cinemascope”, fazendo com que a capacidade de pessoas do local fosse reduzida para 1.150 lugares, a tela instalada era a mais moderna da época marcando o início do formato moderno tanto para a filmagem quanto para a exibição de filmes. O final da década de 1970 e o início dos anos 1980 foi o período de decadência das salas de cinema em todo o país. Nesse período as exibições de filmes adultoscomeçaram. Na década de 1980, começa então toda a movimentação pela preservação do Carlos Gomes que se estende até os dias de hoje. Os dois capítulos deste trabalho vão cobrir esse período mostrando como o poder público e grupos formados pela sociedade andreense se organizaram para conseguir o tombamento do prédio.

Feita essa breve biografia sobreo cinema, acreditamos ser importante fazer uma reflexão teórica quanto aos conceitos que serão usados na pesquisa como “Patrimônio Histórico”, “Memória” e “Identidade Cultural”. Começando pelo tópico patrimonial, a primeira questão que nós refletimos foi sobre o que configura um local/imóvel como patrimônio histórico, quais são os critérios que baseiam o reconhecimento de determinada coisa ou local como detentora de um valor histórico. Para iniciar essa reflexão vamos trazer a primeira legislação brasileira que ainda está em voga definindo o que é patrimônio histórico para o estado brasileiro no ano de 1937:

> “CAPÍTULO I
>
> DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
>
> Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interêsse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.
>
> § 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.
>
> § 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pelo indústria humana.
>
> Art. 2º A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessôas naturais, bem como às pessôas jurídicas de direito privado e de direito público interno.”

Essa é a definição do que é patrimônio brasileiro segundo a constituição de 1937. Trouxemos a legislação para a reflexão porque o poder público nacional tem como função defender os interesses da sua população e isso inclui valorizar e preservar os bens que possuem valor histórico para algum grupo que integre a sociedade brasileira. O conteúdo da lei tem alguns tópicos interessantes para serem discutidos como um dos critérios apresentados para definir algo como patrimônio histórico que é a "vinculação a fatos memoráveis". Quando esse termo é usado, surge a questão sobre quais seriam esses fatos memoráveis, são memoráveis para quais grupos na sociedade brasileira? O professor José Teixeira Coelho Neto ajuda-nos a pensar a definição de patrimônio segundo a legislação e sua função:

> "A ampliação do patrimônio de modo a conter também as obras do presente, não apenas as do passado, não é suficiente. Sugere-se que definições como a do Estado Novo e a Carta do México não são bastante explicitas, dando margem a que se preserve somente as obras de arte ditas nobres e os monumentos vinculados a história oficial do país, quer dizer, à história dos vencedores e das classes dominantes. Uma abertura clara no rumo das obras e vestígios da cultura popular tem sido solicitada com insistência, embora se verifiquem aqui os mesmos problemas que envolvem as questões do patrimônio da classe dominante: tentativas de forçar o reconhecimento, como universais (nacionais), de obras com significado tópico, etc..."

Quando a primeira legislação patrimonial foi formulada, o Brasil estava no período de governo de Getúlio Vargas, um presidente de ideais nacionalistas, portanto é bem coerente concluirmos que tal legislação em conjunto com outras políticas de estado tem objetivo de legitimar os valores de uma identidade brasileira unificada, entretanto o Brasil é um território muito grande com uma diversidade cultural imensa. Partindo desse ponto talvez seja impossível definir critérios suficientemente abrangentes e contemplativos para todos os estratos da sociedade. Concordamos com a interpretação do autor José Teixeira Coelho quando o mesmo levanta a questão do risco de só se preservar os monumentos, objetos, locais, etc. que estão vinculados à história oficial do país.

Feita a abordagem sobre a compreensão da questão patrimonial para o estado brasileiro, vamos focar agora no caso do Cine Teatro Carlos Gomes e tratar sobre alguns critérios que atribuem o valor histórico de um bem cultural que está localizado na cidade:

> "O bem cultural tem matrizes no universo dos sentidos, da percepção e da cognição, dos valores, da memória e das identidades, das ideologias,

> expectativas, mentalidades, etc. Todavia, as representações, para deixarem de ser mero fato mental ou psíquico e integrarem a vida social, precisam passar pelo mundo sensorial, do universo físico: o patrimônio ambiental urbano tem matrizes na dimensão física da cidade, pois é por meio de elementos empíricos do ambiente urbano que os significados são instituídos, criados, circulam, produzem efeitos, reciclam-se e se descartam. Afinal, a corporalidade é base de nossa condição humana. Além disso, não sendo os significados derivados de nossa constituição genética, nem tendo natureza estável, mas sendo produto de escolha e, portanto, historicamente instituídos, mutáveis e diversificáveis, não são nas coisas selecionadas elas próprias que devemos buscar critérios conclusivos para identificar o que compõe esse sistema de referências e guias. São nas forças que geram os interesses e nos conflitos que podem opô-los uns aos outros e nos jogos variados de proposição, imposição ou negociação que encontraremos as chaves pelas quais certos atributos geométricos e físico-químicos (os únicos imanentes) das coisas permitem sua mobilização a serviço do sentido. Sem as práticas sociais, não há significados sociais. Mas também não há significados sociais sem vetores materiais. É, portanto, apenas dentro do campo de forças e dos padrões segundo os quais elas agem (e valendo-se de suportes materiais de sentidos e valores), que se pode compreender a gênese e a prática do patrimônio."

O autor trata de um aspecto fundamental para compreendermos o valor histórico de determinado lugar, trata-se das práticas sociais que tem este patrimônio como seu vetor material. Através dessas práticas, os significados vão se instituindo historicamente e uma relação afetiva vai se originando. Portanto, o que dá sentido a um determinado monumento material são exatamente as suas características não palpáveis, a união da cultura material e imaterial, ou seja, a transmissão da necessidade de que um lugar ou monumento seja valorizado e preservado é o que as pessoas creditam aquele imóvel.

Outro tópico importante de ser abordado é a questão dos conflitos de diferentes forças sociais quanto ao significado e ao futuro daquele espaço. A década de 1980 é marcada pelos conflitos acerca do que se fazer com o Cine Carlos Gomes. Tais conflitos iniciam-se depois que os proprietários decidem encerrar as atividades do espaço enquanto cinema para se tornar comércio. A partir dessa decisão, uma parcela da sociedade andreense identificada com o Cine Carlos Gomes exige do poder público municipal que este cumpra seu papel de atender as demandas de interesse público de preservar o cinema e reconhecê-lo como um patrimônio histórico da cidade de Santo André.

Outro conceito fundamental para nosso trabalho, trata-se da memória. Nossa pesquisa também apresentará a relação entre a sociedade e o cine teatro Carlos Gomes. Através da narrativa coletiva da sociedade andreense acerca do cinema e

para tornar essa reflexão viável vamos apresentar brevemente alguns suportes da memória que usamos na pesquisa e que servem de guia para que possamos chegar a memória coletiva.

Segundo o autor Jacques Le Goff a memória tem função de conservar certas informações. Ela leva a um conjunto de funções psíquicas a qual a partir desta, é possível compreender a sua história individual, sua história com os meios sociais que interagiu se identificar com questões e avaliar porque objetos e determinados momentos tem relevância afetiva na sua vida.

Partindo dessa definição, uma das fontes primárias da nossa pesquisa são matérias da imprensa regional responsáveis por reportar as ações tomadas pelos grupos sociais formados por indivíduos que tem um ponto onde suas histórias convergem, no caso o cine teatro, mesmo que essas histórias sejam situadas em períodos de tempo diferentes formam uma espécie de arquivo, um acervo de lembranças. Mas antes de nos aprofundarmos sobre o Cine Carlos Gomes vamos apresentar rapidamente alguns momentos da história onde a memória passa por processos de transformação e de expansão. Para Jacques Le Goff a imprensa revolucionou de forma lenta a memória no ocidente.

> "As coisas passaram-se de forma diferente no Ocidente. Leroi-Gourhan caracterizou bem esta revolução da memória pela imprensa: 'Até o aparecimento da imprensa... dificilmente se distingue entre a transmissão oral e a transmissão escrita. A massa do conhecido está mergulhada nas práticas orais e nas técnicas; a área culminante do saber, com um quadro imutável desde a Antiguidade, é fixada no manuscrito para ser aprendida de cor... Com o impresso... não só o leitor é colocado em presença de uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, mas é frequentemente colocado em situação de explorar textos novos. Assiste-se então à exteriorização progressiva da memória individual; é do exterior que se faz o trabalho de orientação que está escrito no escrito"

Através do material de imprensa utilizado na pesquisa, tomamos contato com experiências individuais que foram coletivizadas através do escrito e a própria história do local pode ser conhecida para que pudéssemos seguir adiante. Já no fim do século XIX e início do XX, marca-se o aparecimento de um fenômeno importante, o surgimento da fotografia, que multiplica e democratiza a memória, dando uma precisão visual não atingida antes. Isso permite que a memória do tempo e da evolução cronológica sejam guardados. As fotografias usadas na pesquisa, permitem que possamos, nos dias atuais, vislumbrar um Carlos Gomes que não existe mais. É

possível entender suas mudanças e ver como ele foi sendo alterado com o passar do tempo. As fotografias serão importantes também para mostrar as festividades e eventos que aconteciam além das exibições teatrais e de filmes. E além de tudo apresentar como a população se identificava e ocupava o espaço, tornando-o um para socializar e a partir dele relações surgirem. As fotografias também mostram as mudanças pelas quais a cidade foi passando e seu crescimento em volta do Carlos Gomes. Jacques Le Goff usa também diversos autores para falar sobre o conceito de memória coletiva, entre eles, Pierre Nora que definiu a memória coletiva como sendo "o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado". A partir disso, podemos dizer que os grupos relacionados com a defesa do Carlos Gomes, usaram desse passado que viveram no cine teatro e fizeram dele o ponto de ligação entre todos eles, isto é, usaram-no como a força motriz para mobilizarem-se na defesa do cine teatro. Para que se crie uma história científica a partir da memória coletiva existem alguns eixos fundamentais que são:

> "Uma problemática abertamente contemporânea... e uma iniciativa decididamente retrospectiva, a renúncia a uma temporalidade linear em proveito dos tempos vividos múltiplos nos níveis em que o individual se enraíza no social e no coletivo (linguística, demografia, economia, biologia, cultura). História que fermenta a partir do estudo dos 'lugares' da memória coletiva. 'Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história'. Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar, não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória".

Através disso, é que essa pesquisa foi realizada, a observação da problemática sobre um prédio quase abandonado. Apoderando-se de relatos orais situados em tempos diferentes, buscamos a criação de uma retrospectiva da história do Carlos Gomes e das pessoas que ali estiveram em períodos diferentes e estabelecendo uma ligação que permite pessoas diversas, de diferentes idades, de âmbitos sociais diferentes, possam estar numa mesma situação que leve a preservação de um espaço onde laços de afetividades foram criados. Dessa forma transformando a memória em um aspecto de convergência de extrema importância para um grupo ou sociedade.

> "A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na

> angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória."

Ao transformar a memória coletiva em um instrumento de poder, a sociedade conseguiu lutar e conquistar a vitória para o tombamento do Carlos Gomes, tal transformação permitiu que anos após o tombamento o local voltasse a ser palco de luta dos movimentos que queriam sua preservação e que mesmo sem terem tido a experiência de frequentar enquanto estava funcionando se mobilizassem.

O outro conceito citado anteriormente e que vamos tratar é o de "Identidade Cultural". Afinal como uma identidade é forjada? Podemos adotar diferentes critérios para tentar definir a identidade cultural de determinado grupo social. Podemos usar a religião, a tradição oral, comportamentos coletivos formalizados, ritos profanos como carnaval e folclore e por fim comportamentos informalmente ritualizados como ir à praia ou ao cinema. No caso do Cine Carlos Gomes, a prática social da população de ir ao espaço para o entretenimento de diferentes maneiras vai instituir os significados e gerar uma memória coletiva afetiva para com aquele espaço que posteriormente será o que vai possibilitar uma identificação com a causa do Cine Carlos Gomes entre os antigos frequentadores do cinema e dessa identificação sairá uma união popular para impedir a extinção do cinema e reivindicá-lo como patrimônio histórico da cidade de Santo André. Para nós não existe legitimação maior de que determinado local ou imóvel possui valor histórico e cultural do que um grupo social que se identifica com tal lugar lutar pela sua preservação.

Feito essa reflexão acerca dos conceitos que serão abordados nos capítulos que virão a seguir, acreditamos também ser importante apresentar brevemente o processo que protege o patrimônio histórico legalmente, o tombamento. No caso do nosso objeto de estudo o tombamento foi um ato administrativo de intervenção pública na propriedade privada visando a sua preservação porque aquele local é representativo para determinado grupo dentro da sociedade andreense. Quanto aos procedimentos para tombar algo, a priori, é preciso esclarecer que qualquer cidadão pode solicitar o tombamento de deterinado local, para fazê-lo é preciso reunir informações do local e depois entregar para estudo técnico que cada vez mais é necessário ser um estudo multidisciplinar. Feita análise técnica posteriormente o caso

será votado no conselho patrimonial competente para deliberar-se se o tombamento é justificável.

Eram essas as questões que gostaríamos de elucidar nesta introdução, concluímos explanando que nossa pesquisa está dividida em dois capítulos, o primeiro, com o foco investigativo sendo a perspectiva da sociedade na luta pela preservação do cinema e o segundo capítulo a abordagem será a relação e a responsabilidade do poder público municipal representado por diferentes gestões com a situação do Cine Carlos Gomes.

2. A RELAÇÃO CINE TEATRO CARLOS GOMES E SOCIEDADE ANDREENSE

Esse capítulo tem como objetivo apresentar e analisar o papel desempenhado pela população de Santo André na luta pela defesa e tombamento do Cine Teatro Carlos Gomes que se inicia no fim da década de 1980, período em que o local passa por uma crise de funcionalidade enquanto cinema. Para realizarmos essa análise e reflexão entrevistamos três pessoas que estiveram ligadas com essa luta e fizeram parte do movimento chamado S.O.S Carlos Gomes, junto a outra organização chamada GIPEM (Grupo Independente de Pesquisadores da Memória), exerceu um papel importante em dois períodos diferentes, entre o final da década de 1980 e começo dos anos 1990 e anos mais tarde em 2012. Os entrevistados foram Tiago Nogueira ex-vereador e também ex-presidente municipal do PT (Partido dos Trabalhadores), quando o partido conseguiu vencer a disputa pela prefeitura no ano de 1988 e ficou no cargo até 1991. Ele acompanhou a luta do SOS Carlos Gomes e foi frequentador do cinema, já que ele era morador e nascido na cidade. Marcelo Reina candidato à prefeitura no ano de 2012 e filiado ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) morador da cidade também e que nunca chegou a assistir nenhum filme no Carlos Gomes, mas que compreende sua importância histórica e cultural. E a professora Silvia Helena Passarelli, que era funcionária da prefeitura na década de 1980 e que luta até hoje pelo cine teatro. Outro documento importante que usaremos

serão as matérias de imprensa usadas para apresentar a participação da sociedade na defesa do Carlos Gomes e o papel que a memória dos frequentadores ao relatarem momentos passados ali no cine teatro. Procuramos compreender o que levou um grupo da sociedade a se envolver nessa luta e quais foram às ações que as pessoas realizaram para reivindicar a preservação e o reconhecimento do Cine Carlos Gomes como patrimônio histórico de Santo André e anos mais tarde para preservar o pouco que ainda restava do prédio onde se situava o antigo cine teatro.

Como explicitado, nosso recorte temporal tem como foco a metade final da década de 1980, entretanto antes de focarmos nas tensões desse período gostaríamos de apresentar algumas fotografias que ilustram as atividades que aconteciam no espaço do Cine Carlos Gomes antes do início da sua crise estrutural. Apesar de ser um cinema e ter vocação para tal, também abrigava outros eventos culturais como veremos a seguir:

Figura 1: ENTRADA DO CINEMA (SEM DATA) OBS: o filme “Os Trapalhões e o rei do futebol” estreou em junho de 1986.

MUSEU SANTO ANDRÉ Carnaval de rua à Rua Senador Fláquer em frente ao Cine Teatro Carlos Gomes, à esquerda vê-se o Bar Carlos Gomes, depois Restaurante Balderi e atualmente Banco Real, s/d. Acervo Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.

Figura 2: Carnaval na frente do Cine Teatro

MUSEU SANTO ANDRÉ Público presente à apresentação do Grandioso festival patrocinado pelo Círculo Operário de Santo André, sob orientação da professora Palmira Kronig, 1952. Coleção Glaci Hammerle Passarinho. Acervo Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.

Figura 3: Cine Teatro Carlos Gomes parte interna.

As imagens acima apresentam e ajudam o leitor a compreender a funcionalidade do Carlos Gomes como um local de importância para a cidade, pois vemos que ele era o ponto onde ocorriam desde exibições de filmes, comemorações carnavalescas até palco para festivais. As fotografias nos revelam como o Cine Carlos Gomes era um espaço onde produções artísticas de diferentes formatos eram reproduzidas e era o local em que uma das práticas sociais de lazer da população andreense se concretizavam. Portanto, podemos concluir que o Cine Carlos Gomes era uma das referências culturais para as pessoas da cidade, por essa razão conforme o tempo passa vai sendo construído um sentimento afetivo pelo local que vai ser determinante para que aconteça mobilização popular com objetivo de não permitir a extinção do cinema.

Feita essa pequena explanação quanto às atividades que tomavam conta do Cine Carlos Gomes agora iremos focar nossas atenções nos momentos de tensão que passam a fazer parte da rotina do cinema a partir da década de 1980 quando começam a surgir as primeiras denúncias na imprensa local especificamente no Diário do Grande ABC quanto ao abandono que o prédio vinha sofrendo. Um aspecto a ser destacado é que a cobertura que o Diário do Grande ABC realiza abordando o tema Cine Carlos Gomes já demonstra como esse é um assunto de interesse público para população local.

Na década de 1980 o local já não lembrava o mesmo em que festas de carnaval eram comemoradas ou banquetes eram servidos. O público já não era presente. Filmes adultos foram exibidos por um período e, com isso há o início das manifestações em defesa do Carlos Gomes. No dia 31 de maio de 1987, o cinema foi fechado para uma suposta reforma. Os moradores começaram a estranhar a demora dessa reforma. Os jornais da região começaram a dar foco para o que vinha acontecendo e principalmente o Diário do Grande ABC, que denunciava o descaso com o cine teatro.

> “O cine Carlos Gomes, em Santo André, fechado para reformas há mais de três meses, corre o risco de ser demolido. Se isto ocorrer um dos últimos marcos históricos e culturais do Município desaparecerá sob os escombros, Fundado em 1925 foi à primeira sala de exibições do Estado de São Paulo e também serviu como palco de óperas e peças teatrais. Hoje as cortinas surradas vedam aos olhos do público reformas que nunca acabam e que talvez descaracterizem para sempre a memória da cidade. Entre os que

> tentam salvá-lo está o vereador José Araújo, que busca desde 84 a preservação do prédio junto à Prefeitura e ao Condephaat. O órgão deliberou a imediata desapropriação do imóvel, mas a prefeitura alegou não ter verbas."

A preocupação com uma possível descaracterização do prédio descrita na matéria revela-nos o posicionamento do periódico quanto a importância que o Cine Carlos Gomes tem para Santo André. O jornalista através do seu local privilegiado de propagação de ideias tem como objetivo a divulgação da crise estrutural do cinema com objetivo de sensibilizar e mobilizar as pessoas. Até aquele momento o vereador José Araújo era a figura de destaque nas iniciativas pela preservação do lugar. Essa situação faz com que pesquisadores já comecem a se mobilizar e participar de ações que possam levar a uma solução e preservação do cine teatro.

> "A placa fixada na frente do Cine Carlos Gomes, em Santo André, anuncia a reforma no prédio, esconde a realidade da porta dos fundos onde um seus cinemas mais antigos do Brasil se transformou em estacionamento de veículos. Para preservar e recuperar o local, será promovido debate amanhã, Às 18h, na Câmara Municipal, com participação aberta à população. No encontro, já com a presença garantida de 30 pesquisadores da memória do Grande ABC, provavelmente surgirão propostas como a criação de centro cultural, com simpósios exposições e mostras. Para quem vê a arte como elo à história, será a oportunidade adequada para evitar o fim do Carlos Gomes.
>
> Os filmes de Mazzaroppi e do Gordo e o Magro eram os prediletos de Ana Dias e sua filha, Engrácia Dias, na época uma criança que dormiu durante a projeção de Ben-Hur. Hoje, casada e mãe, seria capaz de sair em passeata para proteger o patrimônio. Ela acredita que no debate somente sairão boas propostas se o povo estiver presente.
>
> Na década de 40, o morador Vitório de Oliveira Frequentava a sessão amendoim, às sextas-feiras, com público totalmente masculino. Os filmes, no entanto, não eram pornôs e sim entusiasmados faroestes com mocinhos e bandidos a disputar um lugar na tela. O nome foi dado pelo costume de comer amendoim durante a projeção e, no final, o barulho dos saquinhos pisoteados. "Havia rixa entre bairros e essa divisão ia também para dentro do cinema. Quem sentava próximo à tela era o que mais sofria porque atiravam papel e até ovo" - contou.
>
> Do lado de fora, as mocinhas e os rapazes realizavam entusiasmados footing ou o vai-e-vem na frente do prédio. Muitos namoros se firmaram na rua Senador Fláquer, como o de Maria Zeber e Florindo Furlaneto, casados há 46 anos. O primeiro filme que assisti foi Paixão de Cristo durante a Semana Santa de 1939. "É lamentável que acabem com tudo nesta cidade" - comentaram entristecidos.
>
> A socióloga Doraci Sponchiato, de São Bernardo, acredita que tais histórias sejam fundamentais para a integração da comunidade. O posicionamento afetivo, para ela, é primordial para a união popular. Para a arquiteta Sonia Antico, do setor de Planejamento da Prefeitura de Mauá, o prédio não tem muita importância arquitetônica, mas o valor histórico é indiscutível.
>
> Algumas pessoas estão envolvidas demais no cotidiano para observar o que acontece ao redor. Porém, ao perceber a perda de um patrimônio, elas se mobilizam. Por isto, acredito que ainda dará tempo de todos acordarem – defendeu Paschoalino Assumpção, 70 anos e nascido no dia do aniversário

> da cidade, lembra com saudades dos bailes de Carnaval no Cine Carlos Gomes. Quem não gostava de dançar observava das frisas. Espetáculos líricos, teatrais e até luta livre foram realizados no palco. O maior problema, ressaltou, é que as autoridades nunca se importaram com a cultura."

A possível demolição do prédio nesse primeiro momento não se concretizou, mas deu lugar a outra derrota, essa real. O cinema foi transformado em um estacionamento com entrada pela Rua Gertrudes de Lima. Nesse mesmo ano, a fachada e a marquise foram demolidas para que o lugar fosse transformado em uma loja de tecidos chamada Varejão Chaves. Então o antigo Carlos Gomes passa a ser uma loja de tecidos chamada Varejão Chaves e um estacionamento que levava o mesmo nome do cinema.

A pauta da preservação do cine teatro passa a tomar maiores proporções e chamar a atenção de organizações relacionadas à memória e ao patrimônio, tanto que o GIPEM (Grupos Independente de Pesquisadores da Memória do ABCD) passa a estimular a luta pelo Carlos Gomes como veremos:

> "Os pesquisadores de memória do Grande ABC participarão, quinta-feira próxima às 18h, Câmara Municipal de Santo André, dos debates públicos acerca da preservação do Cine Carlos Gomes, que acaba de ser transformado em estacionamento. A decisão foi tomada anteontem, na oitava reunião dos estudiosos, realizada em Rio Grande da Serra, na residência da advogada Gisela Leonor Saar. Para o grupo, as decisões da Câmara de Santo André são fundamentais para clarear o assunto, já que o Carlos Gomes, além do valor histórico, é um espaço cultural central que deveria ser realizado de forma constante para disseminar os eventos artísticos da cidade e região."

Queremos destacar uma questão principal do conteúdo da matéria,o fato do poder público ser visto pelo Diário do Grande ABC como o único caminho para viabilizar a conservação do Cine Carlos Gomes. Em nenhuma das matérias que apresentamos até o momento os donos do cinema são citados como também responsáveis.

Os moradores também começam a demonstrar um sentimento de afetividade pelo Carlos Gomes. Essa memória é mostrada nas matérias publicadas pelo Diário do Grande ABC, a memória é um dos pontos que ajudam na mobilização que houve em torno da pauta do Carlos Gomes.

O ano de 1987 marca o surgimento do movimento SOS Carlos Gomes. Segundo uma das nossas entrevistadas a professora Silvia Helena Passarelli o surgimento desse grupo se deu de forma espontânea, a ligação em comum que

tinham os integrantes era a defesa do cine teatro. Alguns membros faziam parte do grupo de memorialistas da região do Grande ABC (GIPEM). Esse movimento era composto por pessoas dos mais diversos ramos da cidade e mantinham um sentimento de carinho com o cinema e tudo aquilo que ele representava na história e como ponto cultural para a região. Já ela, moradora da cidade São Paulo, viu poucos filmes no Carlos Gomes, mas sua identificação com a luta dos moradores veio quando um cinema que existia próximo a sua casa foi fechado e ela entendeu a importância que tinha o lugar para os moradores da região.

A partir desse momento a população da cidade e o movimento SOS Carlos Gomes tomam a iniciativa de tentar mudar os rumos da história do cine teatro. O movimento organiza uma série de atividades para chamar a atenção para o que vinha acontecendo com o local e conseguir assinaturas para o abaixo-assinado que iriam entregar ao prefeito. Essa ação foi relatada no jornal:

> "Hoje às 9h, o Cine Teatro Carlos Gomes, à Rua Senador Flaquer, centro histórico de Santo André, começa a voltar aos seus grandes dias. Pelo menos será hoje, neste horário que o movimento SOS Carlos Gomes inaugurará oficialmente, em praça pública, sua luta em defesa deste edifício, que até a poucos meses foi o cinema mais antigo do Brasil em funcionamento e que agora está transformado em estacionamento de automóveis. Várias atrações estão programadas. Poetas consagrados do Grupo Livrespaço, de Santo André, recitarão seus poemas e poesias. E o grupo Venkenké Produções Artísticas, também de Santo André fará um show destinado às crianças, com palhaços, brincadeiras e muita alegria. O programa foi idealizado quinta-feira à noite, em reunião do SOS Carlos Gomes na Câmara Municipal. Vanderlei Franco Domingues, da Federação do Teatro Amador de Santo André (Amandre) e responsável pela parte artística do SOS Carlos Gomes, disse que todos que todos os sábados o espaço será ocupado por artistas locais, que divulgarão a luta em defesa do cinema. Para isto, todo o grupo está colaborando, além de ajudas outras da comunidade, como a SAB do Jardim Stella, que cederá seu carro de som, e a da Escola de Artes Oficina, que entrará com 50% das tintas ou painéis utilizados."

O ponto a se destacar é a oficialização da luta de uma parcela da sociedade de Santo André em defesa do Cine Carlos Gomes através de um ato público. É interessante notar que para defender um referencial cultural de Santo André os organizadores realizaram ações artísticas de diferentes modalidades para justamente lembrar que essa é a vocação do Cine Carlos Gomes. É o local onde as pessoas vão a fim de se encontrar, consumir arte, paquerar etc. são essas as práticas sociais que constituem o valor histórico do prédio. Essa ação aparenta ter sido muito bem vista pela população, principalmente se consultarmos o número de assinaturas coletadas que são publicadas no Diário do Grande ABC:

> "Martinho Bastos Levi, hoje com 75 anos, lembrou que aos 11 anos brincou nos alicerces do primeiro cinema de Santo André e o quinto do País. Em 1925, logo após inauguração, assistiu ao primeiro filme de sua vida - Amor e Morte. Sobre os últimos filmes apresentados comentou: 'Envergonhavam até as estátuas'. O local era ideal para o surgimento de romances - cinema no andar térreo, salão de baile em cima, parque de diversões quase em frente e área livre para os conhecidos footings ou vaivém de moças e rapazes à procura de companhia. E como era inevitável, incontáveis casamentos surgiram no local. A iniciativa de ontem inaugurou oficialmente a luta do SOS Carlos Gomes em defesa do edifício, mas diversos debates e contatos foram iniciados desde setembro. (.) A coleta de assinaturas transformou-se em animado reencontro de amigos, principalmente das pessoas mais velhas, que aproveitaram a ocasião para relembrar fatos antigos e curiosos. Muitos tomaram conhecimento do movimento e foram até o local com o objetivo de prestar solidariedade. Enquanto a placa que anuncia a reforma do prédio continua fixada na fachada do Cine Carlos Gomes, em Santo André, a entrada dos fundos serve para passagem de veículos, que ocupam o espaço utilizado no passado para projeção de filmes, apresentação de companhias teatrais, bailes e concertos clássicos. Para reverter esta situação o movimento SOS Carlos Gomes iniciou ontem coleta de assinaturas a ser encaminhado ao prefeito Newton Brandão, a fim de garantir a preservação do patrimônio. Crianças, jovens, adultos e idosos endossaram a reivindicação, mas muitos se mostraram surpresos e indignados com o fato de o imóvel já ser utilizado como estacionamento."

O abaixo-assinado foi uma forma que os defensores do cinema encontraram para dialogar com a população. Tiago Nogueira, na entrevista que nos concedeu, quando perguntado sobre as ações de militância que o SOS Carlos Gomes realizava, contou-nos que além do abaixo-assinado, eram protocoladas ações na justiça solicitando preservação de um espaço que possui valor histórico e tem interesse público em preservá-lo. Outra estratégia era o diálogo direto com as pessoas que ali passavam para informar o risco de extinção do cinema e pedir apoio que vinha constantemente e principalmente dos antigos frequentadores do cinema. Outro aspecto interessante que o entrevistado levantou foi a adesão que a causa do Cine Carlos Gomes recebeu, diferentes setores da sociedade demonstraram solidariedade como a ACISA (Associação Comercial e Industrial de Santo André), Firestone, intelectuais, escritores e a própria imprensa. Tiago Nogueira fez também uma série de elogios direcionados a professora Silvia Helena Passarelli como sendo uma das lideranças do movimento e das pessoas mais envolvidas com a causa. Perguntamos para a professora como ela via a sua atuação, eis a resposta:

> "Não havia uma só liderança, eram várias, todas iam pra rua participar dos atos. Era um grupo muito grande, formado por pessoas como o Wilson funcionário do museu, Petróli, que era jornalista e professor da Faculdade Metodista, Ademir Médici jornalista, Pasqualino Assumpção, Filadélfio Brasa, várias pessoas. Nós conseguimos vários apoios. Que faz parte do sentimento que existia pelo Carlos Gomes, a sociedade tinha um carinho tão grande que o jornal entrou numa crise do que fazer com ele. Não havia uma defesa à propriedade privada, algumas pessoas propuseram fazer um prédio de 20

> andares no local com um anfiteatro que seria chamado pelo mesmo nome. Mas não era isso que a gente queria, queríamos garantir a preservação daquela paisagem, daquele cenário."

É interessante como a entrevistada faz questão de transmitir a ideia de um movimento horizontal. Ficamos com a impressão que a professora Silvia Helena Passarelli não quis assumir esse protagonismo para ela e sim ressaltar a coletividade da luta. Ainda neste período ocorrem encontros visando debater e refletir sobre possíveis soluções para que o Cine Carlos Gomes não seja extinto como esse:

> "Para preservar e recuperar o local, será promovido amanhã, às 18h, na Câmara Municipal, com participação aberta à população. No encontro, já com a presença de 30 pesquisadores da memória do Grande ABC, provavelmente surgirão propostas com a de criação de centro cultural, com simpósios, exposições e mostras. Para quem vê a arte com elo com a história, será oportunidade adequada para evitar o fim do Carlos Gomes."

Trouxemos este trecho apenas para questionar a eficácia dessas reuniões envolvendo diferentes grupos da sociedade porque apesar da explicita vontade da população em querer que o Cine Carlos Gomes não fosse extinto, mas preservado e reconhecido como um patrimônio histórico de Santo André. Tanto os proprietários quanto a gestão municipal comandada por Newton Brandão não pareciam ter se interessado em somar força nessa luta não por acaso no início do ano de 1988 os proprietários do cinema começam a demolir o prédio sem o alvará de demolição que pouco tempo depois é expedido pela prefeitura. Queremos destacar que esse caso envolvendo a expedição do alvará por parte do poder público será abordado e analisado no capítulo em que focamos nossa atenção para a relação do poder público municipal com o patrimônio histórico. Citamos tal evento apenas para manter uma linha do tempo coerente no texto e relacionar com algo relatado pela professora Silvia Helena Passarelli que diz respeito às intenções dos proprietários. A entrevistada conta que nunca conheceu a família dona do cinema, mas que ela acredita que estes não tinham a intenção de acabar com o cinema (apesar de iniciada a destruição do prédio). Pois mesmo após autorização legal para demolir, esta não se concretizou completamente, houve alguns danos pequenos estruturais.

O ano de 1988 é também marcado por eleições e, o então prefeito Newton Brandão é derrotado pelo candidato do Partido dos Trabalhadores, Celso Daniel. Com a troca de gestão, surge uma expectativa de que haja evolução na pauta preservação do Cine Carlos Gomes e a primeira decisão da nova gestão relacionada a esse tema foi no final do ano de 1990 quando o prédio do Cine Carlos Gomes é declarado de

utilidade pública através do decreto 12.608 de 04 de dezembro de 1990, como consequência impede mais modificações na estrutura do prédio. Alguns meses após a publicação do decreto 12.608 em agosto de 1991 é homologada a desapropriação do espaço como vemos:

> "A prefeitura de Santo André comunicou ontem a 'emissão na posse' (procedimento legal que garante desapropriação) aos comerciantes que ocupam o local do antigo Cine-Teatro Carlos Gomes, na rua Senador Fláquer..."

Após a notícia da desapropriação, os populares envolvidos nessa luta pela preservação do cinema, realizaram um ato público em frente ao Carlos Gomes para comemorar e de maneira simbólica oficializar a "devolução" do cinema para a população de Santo André como poderemos observar na reportagem do Diário do Grande ABC a seguir:

> "O Movimento SOS Carlos Gomes e o GIPEM colocarão hoje, às 12h, em frente ao prédio do Carlos Gomes faixa com os dizeres 'Valeu! O Carlos Gomes é do povo', na presença de todos quantos lutaram pela preservação do antigo cinema andreense. Livío Xella entregará ao prefeito Celso Daniel uma moção de apoio e aproveitará a reunião para tratar de sugestões a serem dadas no que se refere ao restauro (como a reconstrução da fachada de 1927, citada pela coluna). A TV Globo estará presente registrando tudo e um dos articuladores do movimento, o jornalista Ademir Médici, convida a titular da coluna, na qualidade e madrinha do SOS. Vale encerrar com uma frase de Ademir. 'Jamais esqueceremos daquele sábado quando assistimos a demolição da fachada. Lembra? Agora, a reconstrução'. Hoje é dia de festa, por isso mesmo, todos que torciam pela preservação do Carlos Gomes tem que estar lá, ao meio-dia, para comemorar a vitória do registro da memória da cidade!"

A cobertura do jornal Diário do Grande ABC em diversos momentos em suas matérias apresenta depoimentos de pessoas que conheceram o Cine Teatro Carlos Gomes no passado e em um dia tão importante não foi diferente.

> "Eu tinha pouco mais de 10 anos e vendia balas em frente ao cinema. A grande vantagem é que, além de poder adoçar a boca das namoradas, podia entrar na sessão de graça" - contou Paschoalino Assumpção, de 74 anos, membros do SOS e do Grupo Independente de Pesquisadores da Memória (Gipem).
>
> Outro integrante do SOS, Vangelista Bazani, 62 anos, também contou sobre um show realizado na fundação de um partido na cidade, em 1947. A sigla ele não lembra mais, mas enumerou todos os artistas. Hebe Camargo era mocinha. Foi muito animado. Vieram o Ronald Golias, o Manoel da Nóbrega e o Edu da Gaita – disse."

Destacamos a declaração do jornalista Ademir Medici, um dos autores da coluna "Memória", publicado no Diário do Grande ABC. Segundo depoimento de Tiago Nogueira, Ademir foi uma das pessoas que mais se manifestou em defesa do Cine

Carlos Gomes. Através dos seus textos no jornal que desempenham função importante porque é um espaço privilegiado para divulgação de ideias. Sobre a faixa citada na matéria encontramos uma fotografia para ilustrá-la:

Figura 4: Desapropriação do Cine Teatro Carlos Gomes pela Prefeitura de Santo André (SP) na gestão do PT (Santo André-SP, 13 ago. 1991]) / Crédito: Fernando Ferreira/Prefeitura de Santo André (SP).

Primeiro mostrar que essa semana se trata do período em que os comerciantes tiveram que desocupar o prédio do Cine Carlos Gomes. A fotografia retrata um desses dias em que as mercadorias estavam sendo retiradas. Uma questão que nos chamou a atenção foi o conflito nas datas das fontes quanto à faixa porque na matéria do dia dezesseis de agosto de 1991, é informado que a faixa seria colocada naquela sexta-feira enquanto que nos créditos da fotografia a data da foto é registrada como do dia treze de agosto de 1991(terça-feira). Acreditamos ser importante trazer documentos dessa semana especificamente porque a mesma foi simbólica no que diz respeito à "tomada de posse" do espaço pela população e também porque representava uma esperança de que esse poderia ser o início da retomada das atividades do Cine Carlos Gomes na sua vocação original, ser cinema. Por fim destacar o conteúdo da faixa que tem a intenção de transmitir uma mensagem indicando que aquele local se trata de uma referência cultural importante para a cidade de Santo André e também que a

conquista desse reconhecimento ocorreu graças às pessoas que se mobilizaram para defender um local que possuí significado para elas e na nossa interpretação o que legitima um lugar ou um objeto como patrimônio histórico de determinado local são os valores que um grupo ou uma comunidade creditam naquele espaço.

Realizada a desapropriação tanto jurídica quanto material, ou seja, não havia mais comércio funcionando no local e a prefeitura passou a ser dona do imóvel. Podemos concluir que o próximo estágio são as intervenções estruturais necessárias para que se torne possível à reativação plena do cinema, pois o período em que o imóvel foi ocupado pelo comércio o mesmo sofreu com alguns danos até naturais se partimos do ponto que os comerciantes não possuíam interesse na preservação do cinema. Ainda sobre a restauração o tema dos possíveis caminhos para tornar a reestruturação do prédio viável foi debatido pela sociedade civil segundo publicação do Diário do Grande ABC:

> "A luta pela recuperação do prédio do antigo Cine e Theatro Carlos Gomes, definitivamente desocupado pelo último locatário, o Varejão Chaves, na tarde de ontem começa a tomar novos rumos. Integrantes do SOS Carlos Gomes e do Grupo Independente de Pesquisadores da Memória (Gipem) irão buscar apoio financeiro da iniciativa privada para a restauração das instalações. A intenção foi divulgada ontem, durante ato em comemoração à desapropriação do imóvel pela Prefeitura, na porta do prédio. O prefeito Celso Daniel recebeu do presidente do SOS Carlos Gomes Lívio Xella, de 82 anos, pasta com fotos do Cine e Theatro, datadas de 1912.
>
> 'Gostaria que a fachada fosse igual à original' - disse Xella ao prefeito. 'Se for preciso, vou pedir esmola para ter o Carlos Gomes de volta' - afirmou Xella. Após discursos emocionados daqueles que há quase cinco anos reivindicavam a recuperação do prédio, o pesquisador Ademir Médici convidou os presentes para uma visita ao espaço que até a última terça-feira esteve ocupado por um estacionamento.
>
> Enquanto os 'vencedores' posavam para fotografias históricas, no interior do velho Cine Theatro, os últimos tecidos do Varejão eram retirados de seu interior, dividido com o estacionamento há quatro anos. segundo o diretor da Casa Chaves, Ulisses Lima, que acompanhava a desocupação do imóvel, os produtos serão distribuídos por outras lojas da rede. Os locatários entraram com medida cautelar, solicitando indenização, que segundo a Secretaria de Assuntos Jurídicos ainda pode ser concedida."

Chama bastante atenção que uma parcela da sociedade civil esteja discutindo e buscando saídas para iniciar as intervenções no prédio. Quando um órgão público municipal realiza uma desapropriação supõe-se que um estudo técnico e especializado tenha sido realizado anteriormente as ações jurídicas visando elaborar um plano econômico que torne a reativação do espaço algo viável. Entretanto quando os membros da sociedade andreense que estiveram envolvidos na luta pela

desapropriação e em contato com os gestores municipais responsáveis pela realização das reivindicações públicas tomam uma iniciativa talvez signifique que não exista um plano já elaborado para ser posto em prática. E essa dimensão econômica do patrimônio histórico é uma área que na nossa pesquisa sentimos bastante falta de material. Se consultarmos a constituição tanto federal quanto municipal será possível observar a ausência de uma legislação relacionado à política econômica de preservação que será adotada no prédio. Apesar dessas questões de desgaste do prédio o espaço voltou a receber apresentações artísticas no final do ano de 1991:

> "Tristeza e excitação percorrem o visitante do atual Carlos Gomes. Seu corpo traz marcas, mas também sinais de resistência ao destino trágico que lhe era reservado até há pouco. O hall de entrada foi coberto pelo mau gosto de espelhos, revestimentos em Eucatex e luzes frias. Dentro, o assoalho original está coberto por manchas de óleo, escorridas dos carros que o castigaram inertes, por anos. As paredes são retalhadas pelos amarelos que demarcavam vagas, mas insistem em seu bordô, obrigatório nos cinemas passado. Nos enormes banheiros, nem o ácido espalhado pelos faxineiros acabou com o mau cheiro de descaso.
>
> Do palco resta apenas a imponente boca de cena que hoje boceja para o vazio onde houve um palco. Sobre ela, resiste a enegrecida franja da cortina que um dia se abriu para grandes atrações e filmes. Pálidas pelo tempo, as pinturas que ornamentavam o alto do palco parecem querer reviver os pigmentos, assim como a decoração das paredes. As luminárias arrancadas deixaram suas marcas como que para voltar.
>
> As passagens para o mezanino estão fechadas, vedando acesso ao pullman, fetiche de nossas matinês da infância, hoje vazio de crianças e invadido por manchas de umidade.
>
> 'O que mais me marcou era que era muito alto e eu gostava de ficar lá em cima, onde a turma fazia maior zoeira com quem estava embaixo' - lembra, saudosa a dona de casa Guaraciaba Cardoso e Silva, que, com um bebê no colo, perguntava excitada se o cinema ia reabrir.
>
> Os mais velhos param para espiar. 'Vim aqui desde menino. Ele está horrível, mas quero ver depois da reforma' - diz o advogado 'quase aposentado' Luiz Paiva. O que vai ser começa a ser desenhado hoje."

Primeiro explicitar que procuramos por imagens deste período para que pudéssemos ilustrar com mais sucesso a condição material do prédio, infelizmente não encontramos. Essa matéria realiza uma descrição tanto da parte frontal do prédio com as alterações realizadas pelo varejão quanto da parte interna que segundo relatado está bastante abalada estruturalmente. Essas descrições visam denunciar o desgaste estrutural que o imóvel sofreu nos anos que funcionou como comércio.

Nesse momento com a virada de ano para 1992 de certa maneira encerra-se o primeiro ciclo de ativismo popular em defesa do Cine Carlos Gomes porque atigiu-se o

objetivo inicial, fazer prevalecer o interesse público, de proteger o local do interesse privado dos proprietários. Vamos concluir nossa abordagem desse primeiro período investigado exaltando as ações dos populares em todos esses anos desde 1987 até 1992, quando o tombamento é homologado e a partir de então se torna responsabilidade do poder público municipal reativar o cinema e conservá-lo para a melhor fruição do espaço pelos seus cidadãos.

O cine teatro passa a ter momentos de funcionamento e momentos fechado, os anos de 1990 e a primeira década dos anos 2000, passaram sem que houvesse maiores tensões. O lugar passou momentos onde voltou a funcionar, momentos fechados por questões financeiras e nesse período os movimentos que fizeram sua defesa estiveram afastados e desmobilizados. Projetos de revitalização foram apresentados, mas nada era realizado. Até que em 2009 o prédio é fechado e inicia-se assim a segunda grande crise de abandono estrutural do Cine Carlos Gomes da qual será nosso próximo foco de investigação e análise.

Depois que foi tombado, o espaço começa a sofrer com problemas estruturais e falta de verba da prefeitura para investir na revitalização do Carlos Gomes e isso gerou suas consequências. No dia 27 de janeiro de 2009 a Defesa Civil de Santo André interditou o Carlos Gomes após fazerem uma vistoria e ficar constatado que o espaço oferecia risco a os alunos da ELCV (Escola de Livre de Cinema e Vídeo) o lugar foi fechado. Até aquele momento, as aulas da escola eram as únicas atividades que aconteciam no espaço.

Então em março de 2011 a prefeitura apresenta um projeto para revitalização do Carlos Gomes. O projeto tinha o objetivo de transformar o cine teatro em espaço para ensaios e apresentações da OSSA (Orquestra Sinfônica de Santo André) e devolveria parte da função de exibições de filmes, mas com uma capacidade reduzida e seria também utilizado pela ELCV, o documento ainda faz menção à importância que o espaço tem na memória afetiva de Santo André. No dia 14 de junho em uma reunião ordinária do COMDEPHAAPASA, o projeto foi apresentado pelo conselheiro Edson Salvo Melo e com o convidado arquiteto, Marcus Silva e em dezembro de 2011 iniciam-se as obras para revitalizar o prédio. Contudo, em 2012 (ano de eleições municipais) começam a aparecer denúncias quanto as obras estarem mais destruindo do que revitalizando o prédio na imprensa e a partir disso a sociedade se organiza

novamente para impedir o seguimento das obras como vemos em matéria do Repórter Diário:

> "Após a reunião a portas fechadas do Comdephaapasa, dia 11, na Câmara, integrantes do SOS Carlos Gomes agendou para dia 28 de ato artístico em frente ao cine teatro. Antes, na próxima semana, o movimento entregará análise sobre o processo à bancada de vereadores petistas, que deverá pedir audiência pública para levantar questões, como ausência do processo de licitação para escolher a empresa responsável pela reforma e o fato de a empresa que está tocando a obra não ser especializada.
>
> O ato artístico começa com caminhada na rua Coronel Oliveira Lima e apresentação da banda de Taiko Shinkyo Daiko. "Queremos que essa obra seja paralisada, que seja feito um projeto claro sobre o edifício e que o projeto seja discutido pela sociedade", diz Silvia Passarelli, professora de Direito Ambiental e Urbanístico da UFABC.
>
> O músico Kléber Albuquerque é um dos convidados a se apresentar e apoiar a causa. Exposição e mostra de documentários que lembrem a história do cinema centenário devem fazer parte das atividades, que começam às 11h. O movimento pretende fazer ainda aula pública sobre a importância do espaço."

Vemos que apesar do tombamento feito, o Cine Carlos Gomes continuou a sofrer danos, causados pela obra feita com autorização do prefeito Aidan Ravin e sem autorização do COMDEPHAAPASA. Isso fez com que a população de Santo André, depois de um longo período sem ativismo, voltasse suas atenções para o cinema tendo que realizar ações manifestando novamente seu interesse de preservação daquele prédio. Foi então realizado uma manifestação em frente ao Cine Carlos Gomes no dia vinte e oito de julho de 2012:

> "O Movimento SOS Carlos Gomes fez muito barulho na manhã deste sábado (28/07), feito principalmente pelo som de sete integrantes do grupo de taiko Shinkyo Daiko, com apresentação às 10h, da tradicional música japonesa no calçadão da rua Oliveira Lima. Em caminhada, os jovens levaram o público à rua Senador Fláquer, que foi palco do ato artístico em prol da manutenção do embargo da restauração do Cine Teatro Carlos Gomes.
>
> A intenção dos manifestantes era coletar o máximo de apoio para o abaixo-assinado, além de alertar a população sobre a importância do monumento histórico tombado pelo Comdephaapasa (Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Paisagístico de Santo André), objetivo que, para a organização, foi atingido com sucesso. 'A conscientização está sendo ótima. As pessoas estão percebendo como é importante o resgate da memória da cidade e a necessidade de manter um patrimônio histórico', afirmou Kleyber Panisa, membro do movimento. Até às 13h, o movimento já havia coletado mais de três mil assinaturas no abaixo-assinado."

É interessante notarmos algumas ações em comum nessa manifestação de 2012 com as manifestações da década de 1980 em que assinaturas eram coletadas, o diálogo direto com o povo visando valorizar o resgate da memória e a demonstração

da importância histórica do imóvel é feito e por fim os atos sempre acompanhados de manifestações artísticas o que nos revela como aquele é um local de propagação de arte para as pessoas que ali passam e frequentam.

O ato ainda faz com que o processo de resgate da memória aconteça, pessoas com mais idade se lembram de como era o antigo cine Carlos Gomes.

> "Em vez de lágrimas, o aposentado José Aparecido Mariano, de 76 anos, adotou um tom alto na fala para mostrar sua indignação. "Era lindo isso aí, mas agora parece um barracão. Não tem nada a ver com o que era o Carlos Gomes, fato que para mim é uma aberração", enfatizou Mariano."

As pessoas reconhecem a importância do local como difussor de cultura para a cidade.

> "'Destruir tudo é acabar com a arte. Já não tem arte em Santo André, por isso nós temos de lutar para fazer essa restauração', afirmou o também aposentado José Carlos Motta, de 64 anos, que assistia as atividades de braços cruzados enquanto se lembrava dos momentos que passou na casa de espetáculos. 'Assisti um concerto do Demônios da Garoa há mais de 10 anos', comentou."

Abaixo uma fotografia do dia dessa manifestação para apresentar:

Figura 5: Apresentação do grupo de Taiko Shinkyo Daiko durante a manifestação do dia 28/07/2012. Repórter Diário

Queremos chamar atenção para a faixa colocada no tapume bem atrás do grupo que transmite a seguinte mensagem “Godzilla Aidan” e “Destruidor de patrimônio histórico”. Definitivamente a obra que o poder executivo tentou realizar no imóvel não contavam com apoio popular e ainda revelavam a falta de conhecimento técnico e histórico sobre como lidar com patrimônios tombados. A professora Silvia Helena Passarelli fez um relato interessante sobre esse ato para nós:

> “Quando o Aidan fez a obra que conseguimos embargar, começamos a fazer várias reuniões na câmara não fui eu sozinha, várias pessoas se articularam para discutir as ações, vereadores também foram no ministério público foram várias ações juntos. E alguém teve a ideia de fazer um show em frente ao Carlos Gomes. Já estava em campanha eleitoral, aí tinham vários candidatos a vereador, prefeito, passando lá dando apoio, tinha abaixo-assinado para garantir a preservação e contra aquela obra. Percebemos que havia dois homens daqueles ‘armários’, fortes, que passaram lá o show inteiro vigiando pra ver se acontecia algo contra o patrimônio, os moradores apoiaram o show, não teve problemas. Mas eu sentia que tinha o peso do gestor publico da época fiscalizando a gente pra que se acontecesse algo de errado denunciarem a gente. Era um movimento coletivo todo mundo estava lá mas alguns eram mais expostos, pois ficava evidente quem era da organização.”

O depoimento dela faz com que paremos para refletir algumas questões, por exemplo, como será possível realizar uma restauração do prédio se os gestores públicos não tem diálogo com aqueles que legitimam o imóvel como sendo um patrimônio histórico que é a população de Santo André. Pelo contrário, tais ações da prefeitura são realizadas sem consultar ninguém, uma tragédia anunciada. Mas em contrapartida existe uma notícia positiva que se trata do não esquecimento por parte da sociedade andreense, da importância histórica que aquele imóvel possui e isso faz com que mesmo depois de um longo período passado quando uma nova crise estrutural se instaurou a população foi se manifestar em defesa do patrimônio e aparentemente sempre que o local estiver ameaçado por qualquer tipo de força a população vai estar lá para zelar por tal.

3. A RELAÇÃO CINE TEATRO CARLOS GOMES E PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Por meio deste texto temos como objetivo narrar e analisar o processo de tombamento do Cine Teatro Carlos Gomes e sua (não) preservação tendo como foco a administração pública andreense representada por três diferentes gestores que são Newton Brandão, Celso Daniel e Aidan Alvin. Procuraremos analisar qual foi o papel desempenhado por esses sujeitos históricos com o processo de reconhecimento do Cine Teatro Carlos Gomes como patrimônio histórico da cidade de Santo André. Acreditamos ser importante discutirmos essa relação do patrimônio histórico com o poder público municipal porque apesar do reconhecimento do Carlos Gomes como patrimônio da cidade por parte da sua população, houve resistência e uma atuação no mínimo bastante contraditória e estranha por parte de diferentes administradores públicos nesse processo até que finalmente se concretizasse o tombamento (Que se diga não foi à solução de todos os problemas). É importante lembrar que o prédio do Cine Teatro possuía dono e tal questão também influenciou na luta pelo processo de tombamento.

Antes de iniciar a abordagem dos fatos históricos que serão discutidos, acredito ser importante a explicitação de alguns critérios adotados para a reflexão. Primeiro critério, nosso recorte temporal tem como inicio a década de 1980 mais especificamente em 1984 porque é quando se iniciam as primeiras denúncias do abandono que o Cine Teatro Carlos Gomes estava sofrendo e do risco de seu desaparecimento permanente da história de Santo André. O segundo critério tem

haver com as fontes utilizadas. Iremos trabalhar especialmente com materiais da imprensa como o “Diário do Grande ABC”, “Folha de São Paulo”, “Folha do ABC”, “ABCDMaior”, “Diário popular” e com fontes orais de entrevistas realizadas por nós com diferentes militantes da causa que viveram a luta pela preservação do Cine Teatro de perto, são eles Silvia Helena Passarelli professora e arquiteta, Tiago Nogueira ex-vereador de Santo André e Marcelo Reina professor e militante do PSOL. Dentro do nosso texto, iremos procurar sempre relacionar a memória dos entrevistados com as reportagens publicadas. O último critério que faço questão de abordar é o diz respeito à escolha do material de imprensa, privilegiamos momentos de tensão em que era possível visualizar o conflito de interesse acerca do destino que o prédio do Carlos Gomes deveria ter.

O material que é produzido em massa pelos veículos de comunicação desde o seu surgimento são documentos que tem bastante a nos oferecer na pesquisa histórica. No caso específico da nossa pesquisa o meio de comunicação que usaremos na nossa reflexão se trata de um jornal regional impresso que possui o nome de “Diário do Grande ABC”. Foi fundado no ano de 1958 e provavelmente é o maior periódico que existe na região do ABC. Usaremos outros veículos além do citado, porém dentro do principal recorte temporal que estamos pesquisando que está localizado no final da década de 1980 e início dos anos 1990 encontramos bastante material desse veículo e escolhemos trabalhar com ele.

Antes de iniciarmos o texto usando as fontes do Diário do Grande ABC abordando a relação do poder público com o Cine Teatro Carlos Gomes, acreditamos ser importante e necessário realizarmos algumas colocações no que diz respeito ao uso da imprensa para esta pesquisa. No presente trabalho, estamos trabalhando a imprensa como uma força social ativa que estão dentro de uma conjuntura social específica estão disputando a opinião pública com outras forças sociais como o poder público municipal, sociedade civil e outros veículos de comunicação. O tema da preservação do Carlos Gomes, todo o material de imprensa especificamente que iremos expor aos leitores se trata de um produto construído por autores que tem interesses, estratégias, intenções e técnicas, além de estarem submetidos a um projeto editorial que influência a produção dessas reportagens. A imprensa atua como parte do processo histórico de luta pela preservação do Cine Teatro Carlos Gomes e não como uma “registradora dos acontecimentos” neutra.

Feita essa pequena introdução, quero iniciar essa reflexão afirmando que os protagonistas na luta pela preservação do Cine Teatro Carlos Gomes foram os munícipes que tinham uma memória afetiva com aquele local e que quando notaram que as possibilidades do prédio desaparecer se organizaram e cobraram o reconhecimento do espaço como patrimônio da cidade e também afirmar que a imprensa representada especialmente pelo Diário do Grande de ABC no final da década de 1980 e inicio da década de 1990 desempenhou um papel muito importante na luta em defesa do Carlos Gomes com suas matérias. Vamos dividir nossa produção entre as gestões que mais tiveram que lidar com o tema Cine Carlos Gomes iniciando na década de 1980.

3.1 ABANDONO E FECHAMENTO DO CINEMA (1989-1988)

Para iniciar a abordagem sobre o inicio da crise envolvendo o Cine Teatro Carlos, devemos partir de outubro de 1986, quando encontramos os primeiros registros tanto em documentos da camara municipal de Santo André quanto na imprensa das primeiras iniciativas com objetivo de realizar a preservação do Cine Carlos Gomes ainda no ano de 1984:

> "Em 10 de outubro de 1984 (Processo n°966, de 1984) apresentamos Indicação ao Senhor Prefeito Municipal visando à desapropriação do imóvel onde está instalado o Cine Carlos Gomes, na Rua Senador Fláquer.
>
> Naquela oportunidade salientamos a importância histórica daquele prédio e a forma pela qual poderia o Executivo utilizá-lo, enfatizando, inclusive a falta existente em nosso município de local próprio para formaturas, projeção de filmes programados pela prefeitura, centro cultural e salão de Exposição.
>
> Em data 06 de agosto do ano passado apresentamos nova indicação solicitando ao senhor Prefeito Municipal que fosse baixado decreto declarando de utilidade pública o referido imóvel a fim de preservá-lo como patrimônio histórico, que entendemos seja aquele prédio.
>
> Em resposta às nossas reivindicações encaminhou-nos o senhor Prefeito Municipal, em 15 de agosto de 1985, ofício informando que a secretária da educação, cultura e esportes está estudando a possibilidade de decretar a utilidade pública do imóvel objeto do presente requerimento.
>
> Encaminhamos em 13 de setembro de 1985 documento ao conselho de defesa do patrimônio histórico, arqueológico, artístico e turístico do estado – CONDEPHAAT (doc.1), propondo aquele órgão o tombamento do prédio em questão.
>
> Respondeu-nos o Conselho supra mencionado que na 708° reunião ordinária do Egrégio Colegiado do CONDEPHAAT deliberou-se 'sugerir a imediata desapropriação pela Prefeitura Municipal de Santo André, do referido teatro – de inegável valor histórico e arquitetônico'..."

Este primeiro documento nos fornece informações de que iniciativas visando a conservação do cinema já existem bem antes de a instauração de uma crise estrutural e de disputa pelo Cine Teatro Carlos Gomes. Mas não demonstram ter surtido algum efeito preventivo com relação ao prédio baseado no que veremos com o decorrer do tempo. Passados dois anos desde uma das primeiras tentativas em preservar o Cine Carlos Gomes em outubro de 1984. No ano de 1986 começa a surgir as primeiras denúncias sobre o possível fechamento definitivo do Cine Teatro Carlos Gomes no Diário do Grande ABC como a que veremos a seguir:

> "O cine Carlos Gomes arquitetura original de 1925 pode desaparecer a qualquer momento da história de Santo André. Ele, como outros prédios da cidade, estão sensíveis às modernas técnicas de demolição porque não existe no Município, nenhum dispositivo legal que os proteja. Se nada for feito, a cidade pode ficar sem o que indique ser ela a cidade mais antiga do Estado de São Paulo. A invasão dos edifícios aliado ao descaso público para com as coisas da cultura e da história são de inicio os principais responsáveis por isso. O Carlos Gomes, palco de óperas, peças teatrais e filmes românticos de outras épocas, é hoje apenas um capítulo de polêmicas e símbolo do desinteresse pelos aspectos artístico-culturais da cidade". "Ameaças sobre o Carlos Gomes persistem".

Escolhemos expor essa matéria porque foi o primeiro documento de imprensa que encontramos abordando a situação de abandono que o Cine Teatro Carlos Gomes passava e que após essa publicação especifica inicia-se uma cobertura da crise que vai envolver a luta pela preservação do Carlos Gomes na qual o Diário do Grande ABC vai ser uma das vozes atuantes nesse processo histórico demonstrando um posicionamento em defesa de o cinema ser reconhecido como patrimônio histórico municipal e atuará também com bastante rigor no tratar com os gestores municipais. Por fim, quero destacar que ao lado do texto da matéria citada está um cartaz anunciando os próximos eventos no Carlos Gomes isso nos revela que neste período o Cine Teatro ainda funcionava apesar dos problemas. Ainda no mesmo ano 1986 temos outra publicação importante:

> "O edifício, considerado marco histórico do município e tido como o mais antigo cinema de São Paulo, está ameaçado pela invasão de edifícios na área central da cidade e sofre o descaso das autoridades públicas quanto às providências que evitariam o risco de demolição. A conservação do Carlos Gomes foi solicitada em outubro de 1984 pelo vereador José de Araújo, em indicação enviada à prefeitura onde o parlamentar pedia a desapropriação do prédio até hoje não efetuada. O cinema ainda não foi demolido em razão de ação judicial, envolvendo inventário da família dos proprietários do prédio impedir alguma decisão dos herdeiros sobre seu destino. O vereador prevê a demolição do cinema assim que seja dada alguma solução à pendência judicial que tramita no Fórum de Santo André. No CONDEPHAAT o assunto

> foi considerado em reunião ordinária onde se deliberou pela imediata desapropriação do imóvel".

Um aspecto importante de se ressaltar e que se apresentou nas duas matérias expostas até agora é a abordagem do autor da matéria com o Cine Carlos Gomes, ambas iniciam os textos se referindo a origem do cinema e a sua longevidade talvez com intenção de chamar a atenção do leitor para a importância histórica do prédio para a cidade. Estamos comentando essa questão porque quando trabalhamos com imprensa, no nosso caso o Diário do Grande ABC, devemos estar cientes que a imprensa não é neutra, portanto, ela tem posicionamento, interesses e se trata de uma instituição que disputa a opinião pública com outras forças sociais, seus textos possuem estratégias para conquistar/convencer e até mobilizar o leitor em prol de determinada pauta.

Voltando para o conteúdo dessa matéria, é interessante trazer a memória de dois dos nossos entrevistados nesse momento porque tanto a professora Silvia Helena Passarelli quanto o ex-vereador Tiago Nogueira (PT) nos contaram que quando foram apelar ao CONDEPHAAT receberam a resposta de que o Cine Carlos Gomes não possuía "importância estadual" e se recorrermos tanto ao requerimento apresentado anteriormente quanto as duas reportagens podemos observar alguns posicionamentos contraditórios do órgão patrimonial do estado o que talvez nos revele um pouco da desorganização e do descaso com a questão patrimonial no estado de São Paulo. Podemos concluir que nesse momento estamos lidando com o princípio de uma crise envolvendo o futuro que teria o Cine Carlos Gomes com capítulos bem polêmicos por vir.

Passados onze meses, o que parecia inevitável acaba se concretizando o primeiro cinema de Rua de Santo André tão frequentado e de tanto sucesso deixa de existir e o prédio agora passa a abrigar um estacionamento e uma loja de varejo como vemos na seguinte reportagem:

> "Não é de agora que se luta para salvar o Cine Carlos Gomes. Em outubro de 1984 o vereador José de Araújo enviou requerimento à Câmara propondo a desapropriação do cinema para transformá-lo em espaço cultural, onde poderiam ser realizadas peças teatrais, exposições e também formatura dos alunos de primeiro e segundo graus. Mas a prefeitura na época, alegou falta de recursos. Mesmo assim, nova proposta foi apresentada em agosto de 1985, sugerindo a decretação da área como de utilidade pública, quando seria possível amarrar as negociações de venda. Novamente o poder público nada decidiu.

> A batalha não parou por aí. Em setembro de 1985, o vereador deu entrada em processo no Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Turístico, com Xerox de todos os requerimentos, fotos do cinema à época de inauguração, além de recortes de jornais 'Desta vez tivemos resposta de que se poderia fazer o tombamento desde que a prefeitura se interessasse na desapropriação da área e preservação' – informou José de Araújo. Depois disso, foi feito debate público para discutir o assunto, com a participação de entidades culturais e do secretário de Educação, Cultura e Esportes do município, Durval Anibal Daniel. 'Mas não houve interesse em preservar o estabelecimento' – completou o vereador para acrescentar que é muito triste para a história cultural da cidade a instalação do estacionamento. 'É trágico, pelo seu valor histórico e afetivo' – emendou Levi Araújo".

Essa matéria vem para anunciar a transformação do cinema em estacionamento com uma manchete bastante impactante ("Cine Carlos Gomes vira estacionamento") se pensarmos o leitor que fora frequentador do cinema e possui memórias do local, por fim também exalta a atuação do vereador José de Araújo (MDB) como um dos primeiros a propor a preservação do Cine Carlos Gomes.

Outra questão que nos chamou atenção quando analisamos essa matéria foi à capa em que havia duas imagens e embaixo de ambas a afirmação de que a intenção dos proprietários sempre foi essa. Podemos compreender a ação do Jornal ao afirmar isso como uma crítica a falta de interesse dos donos em preservar o espaço e torna-lo patrimônio histórico da cidade e a questão do lucro individual da família proprietária sendo colocada acima de todo o interesse social em preservar aquele marco cultural e histórico da cidade. Aqui temos um momento que ilustra um pouco a disputa pelo significado do Cine Teatro Carlos Gomes em que de um lado temos os proprietários do imóvel com seus interesses privados de lucro e de outro lado um jornal envolvido na campanha pela conservação do cinema. Um mês após o prédio se tornar um estacionamento é marcada uma reunião na Câmara municipal visando encontrar uma solução adequada para o Cine Carlos Gomes.

O ponto que queremos observar é a referência ao passado do cinema nessa reportagem, através da memória de pessoas que frequentaram o local para apresentar com exemplos a relação de afetividade de diferentes gerações com o Carlos Gomes e como isso marca a identidade da cidade e para além da memória dos entrevistados ainda trouxe duas intelectuais diferentes – uma da perspectiva sociológica e outra arquitetônica – para dar credibilidade ao que o jornal defendia.

No dia dez de setembro de 1987 é realizado na câmara municipal de Santo André um debate público que contou com poucos parlamentares, o vice-presidente do

CONDEPHAAT e com participação de pesquisadores da memória entre outros munícipes com objetivo de pensarem conjuntamente uma saída para o Cine Carlos Gomes que não fosse sua extinção definitiva. Podemos consultar algumas informações e o posicionamento do Diário do Grande ABC a respeito dessa reunião do dia em mais uma matéria:

> "A desapropriação do Cine Carlos Gomes será a provável medida da prefeitura de Santo André para a preservação do patrimônio. Pelo menos foi o que disse o secretário de Educação, Cultura e Esportes, Durval Daniel, na quinta-feira durante debate na Câmara Municipal. A frase não foi proferida com muita clareza, como se o titular da pasta ainda tivesse dúvidas. Em conversa com pesquisadores do Grande ABC, porém, prometeu ainda para este mandato a criação do Centro de Preservação da Memória (Museu Municipal) do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico e a reativação da banda Lira. O debate começou com 1h45 de atraso, em consequência das muitas pautas dos parlamentares. O grande público não compareceu à Câmara e não havia mais de sete vereadores presentes.
>
> Para o vice-presidente do CONDEPHAAT, Augusto Humberto Vairo Titarelli, a tarefa de tombamento tem de ser dividida com o Poder público local. No dossiê apresentado ao órgão, faltam dados que evidenciem a importancia do lugar, até mesmo demonstração afetiva da população. 'O Estado não pode investir em áreas não desapropriadas pertencentes a particulares' – informou. Ele não soube adiantar se a postura do atual conselho é tão liberal quanto o anterior, que concordou em tombar o cinema São Luís, em Assis.
>
> A sugestão da participação das empresas e industrias da região para o financiamento da desapropriação e restauração do prédio partiu do vereador Fernando Galvanese. A possibilidade de emprego da Lei Sarney, neste caso, ainda será estudada. Segundo ele, a prefeitura também poderia rever os gastos das obras da marginal do Guarará e aplicar o excedente na reforma do cinema. Os pesquisadores apelaram para que, se o prédio for realmente demolido, ao menos seja cedido o arquivo em poder dos familiares.
>
> Representantes dos proprietários do imóvel ficaram tão descontrolados pela possibilidade de desapropriação que uma herdeira agrediu fisicamente a repórter do Diário do Grande ABC quando lhe foi perguntado o nome do advogado da família. Durante todo o debate, ela permaneceu intranquila e afirmou que o caso seria resolvido no âmbito familiar. O advogado, Paulo Rugeri, preferiu o discurso eloquente com análise do quadro sócio-cultural brasileiro. Para ele, o melhor seria lutar por local que ocasionasse menor despesa aos cofres públicos 'O cinema foi transformado em estacionamento porque os proprietários tinham de obter lucro para pagar custos da condenação judicial' – afirmou.
>
> O próximo encontro será realizado quinta-feira, às 20h, no auditório da Câmara. Na ocasião espera-se, que as propostas estejam mais fundamentadas, com estudos adiantados. Enquanto isso será marcada audiência do grupo de pesquisadores da memória com o prefeito Newton Brandão para a formação do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico.
>
> A jornalista Claudete Reinhat, titular da coluna *Encontro* do Diário do Grande ABC, participou dos debates de quinta-feira. A exemplo do que vem fazendo pela coluna, Claudete voltou a defender a importância da preservação do Cine Carlos Gomes, pelo que ele representa como ponto de

> referencia histórico que marcou inúmeras gerações da cidade e região. A jornalista apenas lamentou a pouca presença de famílias antigas da cidade ao debate, o que, de qualquer forma, não invalida a vontade destas pessoas pela preservação deste marco da memória local".

Vale ressaltar que essa reunião, apesar do pouco público, nos ajuda a ver quem são os sujeitos históricos que estão participando da construção desse processo. Temos a sociedade civil, os donos do imóvel, a imprensa e o poder público municipal. Tiago Nogueira, na entrevista que nos concedeu, acusou o então prefeito Newton Brandão de ser a pessoa que menos se importou cm o Cine Carlos Gomes. Para ilustrar um pouco do conflito de interesses que citei anteriormente, nesta publicação é possível identificar as diferentes forças ativas disputando e querendo fazer valer seus interesses e vontades. Há a perspectiva dos proprietários que acima de tudo pretendem defender os seus interesses privados de usar o espaço para gerar o lucro que o cinema aparentemente não estava proporcionando, tem a imprensa que abertamente está envolvida em uma campanha a favor da conservação e contra a atual gestão, os gestores municipais que não estão muito comovidos com a causa com exceção de alguns poucos vereadores que procuram participar do SOS Carlos Gomes e por fim a sociedade civil representada por pesquisadores da memória e pessoas que possuem algum nível de vínculo afetivo com o lugar e por essa razão não querem ver o cinema sumindo.

Por fim outra reunião foi marcada na câmara para o dia dezessete de setembro de 1987 (Quinta-feira) às oito horas da noite com a expectativa de propostas mais bem fundamentadas. Realizada essa última reunião citada, surgiu como proposta para "salvar" o Cine Teatro Carlos Gomes, uma permuta envolvendo algum terreno público de Santo André, vamos analisar a repercussão e como tal evento foi relatado segundo reportagem do Diário do Grande ABC:

> "Se a prefeitura de Santo André não dispõe de recursos para desapropriar o Cine Carlos Gomes, preservando-o como o principal espaço cultural do centro histórico da cidade, não poderia o Município permutar o local e instalações do cinema com outras áreas públicas? A proposta surgiu anteontem à noite no plenarinho da Câmara Municipal. Durante mais uma reunião de entidades de Santo André interessadas em preservar o cine. Considerada proposta objetiva e viável, a questão será levada à apreciação do prefeito Newton Brandão.
>
> A reunião na Câmara foi muito produtiva. A participação dos presentes foi marcante e várias propostas chegaram a ser discutidas. Uma delas foi a de se constituir comissão de alto nível, integrada pelo Executivo, Legislativo, representantes da comunidade e até mesmo da família dona do cinema. Caberia a esta comissão percorrer as indústrias locais e levantar recursos

para a desapropriação do espaço cultural. Mas quando se tocou na possibilidade de permuta do imóvel, todos concordaram que a salvação do Cine Carlos Gomes pode começar por aí.

Acertou-se uma nova reunião, mais abrangente e com a participação do maior número de entidades e pessoas. Será quinta-feira próxima, novamente no Legislativo, a partir das 20h. Enquanto isto, três vereadores – José Araújo, Fernando Galvanese e Arcisio Xavier David – procurarão o prefeito Newton Brandão para marcar encontro com comissão a ser tirada quinta-feira.

Já ontem os vereadores foram ao gabinete do prefeito. Não conseguiram falar com Brandão, mas marcaram encontro para terça-feira, ás 16h. Ontem, ainda, segundo Galvanese, os vereadores conversaram com o secretário de Educação, Cultura e Esportes e expuseram a idéia de permuta de áreas. Durval Daniel achou a idéia ótima e prometeu acompanhar os parlamentares ao encontro de terça-feira com o prefeito. Durval Daniel disse também que só não participou da reunião de anteontem por desencontro. Chegou a estar na Câmara, mas não encontrou o local onde as entidades deliberaram o futuro do Carlos Gomes.

Da reunião de quinta-feira à noite participaram vereadores, representantes de entidades como a Associação Comercial e Industrial, Intercom, Sindicato dos Jornalistas (Seccional ABC), Pesquisadores da Memória, Federação de Teatro do Santo André (Amandre), jornalistas e membro da família dona do cinema engenheiro Valter Gobbato. Entre os jornalistas estiveram o editor-chefe do Diário do Grande ABC, Giusepe Lo Russo, e a colunista Claudete Reinhart, titular da coluna *Encontro*, do Diário, e que há tempos vem lutando pela preservação do Carlos Gomes.

O vereador José Araújo, autor de indicação para o tombamento do Carlos Gomes, defendeu a unidade de todos os segmentos para salvar imóvel. O vereador Arcisio Xavier David comentou que a luta em prol do cinema é difícil porém viável. E o vereador Fernando Galvanese afirmou que tem mantido contatos com empresas da cidade e analisando a possibilidade de aplicação da Lei Sarney para viabilizar o projeto. Segundo o vereador, seria importante apurar o preço da área do cinema – pouco mais de 1.400 m2 – e dividir o valor em cotas a serem distribuídas entre indústrias locais e a própria Prefeitura.

Os participantes também concordaram que é preciso insistir junto ao prefeito Newton Brandão para que crie a Comissão de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural de Santo André, a exemplo de organismos semelhantes já existentes em São Bernardo, Mauá e Ribeirão Pires. A partir deste organismo, a cidade começará a ganhar uma política de preservação de seus bens, que não se resumem ao Carlos Gomes mas chegam a número superior a 50.

Vitor Gobbato achou a idéia da permuta altamente salutar e positiva, embora qualquer decisão terá que ser tomada em reunião da família. Em conversa informal com jornalistas, lembrou que o cinema foi fundado em 1912 pelo velho Mazini, que era açougueiro. Inicialmente o cinema funcionava na rua Coronel Oliveira Lima, onde está hoje a Loja Zogbi. Em 1925 a família inaugurou o atual prédio. Três gerações da família Mazini dedicaram-se somente ao cinema, até sua transformação em estacionamento há um mês. Esta decisão contrariou parte da família, que queria manter no prédio ao menos uma pequena sala de projeção.

Jornalistas e pesquisadores lembraram que os Mazini, numa região que dá pouco importância aos valores culturais, foi a principal divulgadora da cultura representada por vários cinemas. E se o cinema encerrou suas atividades foi muito mais em função da pouca rentabilidade que o Carlos Gomes vinha proporcionando, fenômeno que ocorreu com todos os cinemas da região e

> País. Hoje, disseram os pesquisadores, o Cine Carlos Gomes e a família Mazini se confundem com a própria historia contemporânea de Santo André."

Chama-no bastante atenção a quantidade de reuniões que são reportadas e que ocorrem na Câmara sempre marcada pela ausência do prefeito. Outro ponto negativo a se ressaltar é que as propostas e deliberações desses encontros aparentam não ter resultados materiais no Cine Carlos Gomes. Interpretamos essa situação também como consequência da falta de uma política pública de preservação do patrimônio e de uma organização que seja responsável por executá-la mediante critérios elaborados por profissionais do campo patrimonial aliado ao conhecimento da cidade e suas trajetórias.

Ao final da matéria há dois aspectos que desejamos ressaltar. O primeiro é a exaltação feita à família proprietária do cinema no sentido de terem sido propagadores da cultura em Santo André. Com essa declaração o Diário do Grande ABC dá uma demonstração de que não é inimigo dos donos do imóvel o alvo maior das criticas serão os gestores públicos. O segundo trata-se do encerramento das atividades do Carlos Gomes como cinema e a justificativa é a pouca rentabilidade que possuía e realmente esse foi um fenômeno que atingiu o Brasil como um todo a partir da década de 1970 com a popularização de algumas tecnologias como a do VHS, da televisão, além do enorme crescimento dos shoppings centers que passam a monopolizar as salas de cinema com filmes estrangeiros. Paralelamente existe um processo social que vai expulsando a população dos espaços públicos da cidade e cada vez mais "empurrando" as pessoas para o entreterimento doméstico.

Com a virada de 1987 para 1988 podemos afirmar que ocorre o momento de grande tensão e disputa de interesses dos sujeitos históricos envolvidos com a situação do Cine Teatro Carlos Gomes, porque as circunstâncias que já se apresentavam difíceis com o fechamento do cinema vão piorando com o início da demolição sem o alvará autorizando tal intervenção no prédio como veremos:

> "A diretoria de obras particulares de Santo André embargou ontem, por falta de alvará a demolição do Cine Carlos Gomes, iniciada sábado último. Os proprietários do cinema, hoje transformado em estacionamento, aproveitaram o feriado prolongado, quando os fiscais da Prefeitura estão de folga, para demolir boa parte do teto do edifício. O diretor de obras, Miguel Geraldo Barone, informou que após o embargo nenhum alvará foi solicitado à Pasta, ao salientar que tal processo é rápido. Assim a partir do momento que o proprietário entrar com o pedido, o documento será expedido em menos de quatro dias. Para o vereador Fernando Galvanese, membro do SOS Carlos Gomes, o fato apenas reflete o descaso da prefeitura.

> Enquanto isso, a comunidade continua indignada com a demolição ilegal e aguarda providências por parte da Prefeitura. O prefeito Newton Brandão confessou-se surpreso com o fato, mas nada garantiu, a exemplo do secretário de obras, Olavo de Lima. 'Por força da lei, teremos que fornecer o alvará' – disse o secretário ao assegurar que os proprietários serão multados pela infração.
>
> O prefeito Newton Brandão afirmou estar de mãos atadas no caso porque a propriedade está sob judice, por tratar-se de herança. Segundo o chefe do Executivo, existe a possibilidade de permutar o terreno. Inclusive por área na rua Senador Fláquer. 'Mas por problemas judiciais não houve negociação' – considerou, ao garantir que tentará contato com os proprietários pessoalmente.
>
> Mas esta não é a opinião do vereador Fernando Galvanese que, a exemplo de outras 20 mil pessoas, aderiu ao abaixo-assinado pela preservação e reconstituição do prédio. Para o parlamentar, a Prefeitura foi omissa e também principal responsável pelo ocorrido porque não promover sequer a nomeação de comissão de negociação (através de portaria) solicitada pelo SOS.
>
> O vereador apontou também que não será uma irrisória multa de 200 cruzados por dia (Valor a ser cobrado pela municipalidade) que impedirá o proprietário do extinto cinema de prosseguir com a demolição. Na opinião dele, o mínimo que o Poder Público poderia fazer seria colocar Guarda Municipal de plantão em frente ao prédio para evitar o prosseguimento dos trabalhos: 'Pois duvido que o proprietário respeitará o embargo' – previu o vereador.
>
> Apesar do desencontro de informações e da apatia Municipal, algumas pessoas, como o pipoqueiro Sebastião Cabral, ainda tem esperanças de ver movimento na bilheteria daquele que foi marco histórico e cultural de Santo André. Há mais de 15 anos ele estaciona seu carrinho de pipocas na frente do Carlos Gomes e hoje relembra nostálgico os bons tempos. O pipoqueiro disse ser amigo de um dos proprietários, Walter Gobatto, que embora tenha afirmado não saber qual destino dará ao prédio, teria assegurado que reformará o edifício para implantar outro cinema. 'O dono me pediu que eu não mudasse do ponto, e vou esperar' – garantiu.
>
> Nem todos, porém, nutrem o mesmo desejo do pipoqueiro. Talvez alheios a importância de preservar um dos únicos vestígios históricos da cidade consideram oportuna a demolição. O advogado José Bonifácio, residente há 30 anos em Santo André, argumentou que o Carlos Gomes sempre foi sinônimo de pulgueiro e que não sabe porque os tratores não o puseram abaixo. Indignado, o pipoqueiro discordou do advogado ao justificar que este não deve nunca ter apreciado filmes de Oscarito nas telas da antiga casa. 'Quem nunca marcou um encontro nesta bilheteria, não pode mesmo dar valor ao predio' – finalizou..."

Esse documento nos fornece algumas questões para refletir como a falta de escrúpulos por parte dos proprietários do antigo cinema em iniciar a demolição do imóvel sem o alvará para realização da intervenção, entretanto essa ação nos faz pensar sobre qual a relação que os proprietários tinham com o poder municipal, como ocorria essa correlação de forças. Respeito pela burocracia legal aparentemente não havia porque aproveitaram o feriado prolongado e se sentiram confortáveis para realizar uma obra sem autorização. Em contrapartida os gestores públicos em seu

último ano de mandato aparentam acreditar que o destino do cinema deve ser o que os donos decidirem fazer sem que eles enquanto representantes da população andreense nada façam para evitar, mesmo que os andreenses abertamente estejam a favor da preservação do tombamento.

Cinco dias após o embargo da demolição, (Quatro de janeiro de 1988), é noticiado de que a prefeitura concedeu o alvará de demolição integral do prédio aos proprietários do Cine Teatro Carlos Gomes:

> "A prefeitura de Santo André concedeu ontem à tarde alvará de licença para demolição do imóvel do antigo Cine Carlos Gomes – cuja fachada principal teve sua destruição iniciada no ultimo sábado, feriado prolongado do Ano Novo. Contraditoriamente, enquanto o documento era expedido no quarto andar do prédio do Executivo, o prefeito Newton Brandão garantia aos membros do SOS Carlos Gomes, em seu gabinete, situado três andares abaixo, que o alvará não seria fornecido em hipótese alguma aos proprietários do antigo cinema, agora transformado em estacionamento de veículos.
>
> A informação de que o documento fora expedido no exato instante em que Newton Brandão garantia o contrário – ao receber abaixo-assinado com 20 mil assinaturas a favor da preservação do tradicional cinema – foi obtida pelos membros do SOS Carlos Gomes de um funcionário da secretaria de obras, após saírem do encontro com o chefe do Executivo. Imediatamente depois, o vice-presidente do Movimento, Levi Araújo, elaborou e entregou ao prefeito carta de protesto pela concessão do documento – que permite a demolição integral – na qual pede que o alvará seja cassado e tornado sem validade.
>
> No encontro com o prefeito, ocorrido após uma hora de espera na antesala do gabinete, os membros do SOS Carlos Gomes entregaram *pôster*, com a foto do antigo cinema, datada de 1925 (época da inauguração) onde inscreveram a frase *Confiamos em sua sensibilidade*. Junto à fotografia e ao abaixo-assinado, foi entregue a Newton Brandão oficio em que solicitam a imediata declaração de utilidade publica para fins de desapropriação do imóvel. 'Poderemos decretar o prédio de utilidade pública, mas será medida inócua, pois se os advogados dos proprietários entrarem na justiça e exigirem imediata desapropriação não teremos recursos para fazê-lá' – afirmou o prefeito.
>
> Apesar da expedição do alvará, Newton Brandão garantiu também que na próximo semana baixará portaria nomeando comissão oficial que tratará de viabilizar a preservação do Carlos Gomes como patrimônio histórico do município. 'Como prefeito, tenho que fazer o que a maioria quer. Não tenho vontade própria'- alegou, ao ser indagado sobre sua posição sobre a manutenção do antigo cinema. Comentando o inicio da demolição da fachada do cinema Levi Araújo acusou os atuais donos do imóvel: 'Considero que foi uma traição por parte dos proprietários, pois Walter Gobatto (um dos donos) participou de todas as reuniões do Movimento SOS. Pecamos porque agimos com muita boa fé'.
>
> O abaixo-assinado a favor da preservação chegou a ser subscrito pelo próprio prefeito, a pedido dos membros do SOS Carlos Gomes, após relembrar carnavais comemorados por ele no antigo cinema. Já o vice-prefeito, José Amazonas, muito nervoso, titubeou frente a igual pedido do Movimento, mas acabou assinando o documento. 'Com isso vocês comprometeram a Administração. Vou assinar, mas sabe o que vai

> acontecer? Vão dizer por aí que coloquei minha assinatura somente depois que a fachada já tinha sido demolida'- declarou".

A impressão que fica é que o Diário do Grande ABC quer escancarar a falta de habilidade e o despreparo do prefeito quando lidava com a questão do Cine Carlos Gomes. As declarações e ações que são selecionadas para serem publicadas foram escolhidas propositalmente para expor de maneira negativa a imagem do poder público. Em contrapartida, é interessante reparar como não existe a mesma contundência em criticar a família proprietária do cinema quando foi iniciada a demolição sem devida autorização por exemplo. Mas independente do posicionamento da imprensa relacionado a prefeitura, quando analisamos os documentos que estão sendo expostos neste trabalho e o aprofundamento da crise envolvendo o Cine Carlos Gomes começando no ano de 1986 é bastante coerente chegarmos a conclusão de que a pauta cultural de preservação do patrimônio histórico da cidade não se tratava de uma prioridade na agenda política do então prefeito Newton Brandão. Em contrapartida ao tratamento que os gestores públicos recebem da imprensa, os sujeitos da sociedade envolvidos na luta pela preservação do Cine Carlos Gomes sempre tem espaço e são valorizados nas publicações do Diário do Grande ABC divulgando os seus projetos, ideias e comportamentos. Vamos terminar nossa abordagem da gestão Newton Brandão com o que consideramos o ataque mais direto do jornal ao prefeito:

> "A demolição do Cine Carlos Gomes, no Centro de Santo André, foi reiniciada ontem desde às 8h, por dois operários contratados pelos proprietários do imóvel. Embora em ritmo lento, utilizavam marretas para destruir parte das estruturas da frente do prédio. O alvará de demolição, expedido semana passada pela prefeitura, ainda não foi cassado, ao contrário do que tinha assegurado o prefreito Newton Brandão aos membros do Movimento SOS Carlos Gomes, em encontro ocorrido no gabinete sexta-feira.
>
> 'O alvará ainda não foi cassado, mas já mandei que seja. Os proprietários foram informados. Mas com alvará, ou sem ele, de nada adianta porque a multa é muito pequena' – afirmou o prefeito, que entretanto, não soube informar o valor da penalidade. 'A multa é irrisória, mas o prefeito de uma cidade que fala isso ao público promove incitação à desobediência civil. Ele próprio diz que a população pode fazer o que bem quiser, contanto que pague a multa' – rebateu Levi Araújo, vice-presidente do SOS Carlos Gomes. Newton Brandão, por sua vez, assegurou mais uma vez que o documento autorizando a demolição será cassado e acredita que isso acontecerá no inicio da próxima semana.
>
> Um dos operários presentes ontem no antigo cinema informou que os trabalhos prosseguirão durante o final de semana e disse que receberam ordens dos proprietários para retomar a demolição porque a prefeitura tinha autorizado. Depois, receoso, alegou que não se tratava de demolição, mas sim de limpeza dos tijolos que estavam em meio aos escombros da fachada

> do imóvel. Em seguida, bateu a porta frontal diante da reportagem, afirmando que não poderia dar mais informações. O encarregado do estacionamento que funcionava nos fundos do prédio, David Nogueira de Souza, impediu a entrada da reportagem no imóvel e ratificou a afirmação do operário. 'Não se trata de demolição. Estão apenas limpando os tijolos'.
>
> Levi Araújo entregou ontem a um assessor do prefeito oficio do SOS Carlos Gomes, em que é pedido fornecimento de documento xerocopiado contendo a cassação do alvará e ainda a formalização da comissão de preservação do antigo cinema, promessas feitas por Newton Brandão. 'O Movimento está revoltado porque o prefeito não concretizou o que tinha prometido na semana passada. Ele muda de opinião como o vento muda de direção e ainda não cumpriu sua palavra' – reclamou o vice-presidente do SOS Carlos Gomes.
>
> Apesar da retomada da demolição, Levi Araújo informou que o Movimento decidiu iniciar os contatos que visam à restauração do prédio do antigo cinema, a acelerar a elaboração de resenha histórica sobre o Carlos Gomes e promover uma semana de palestras voltada para a preservação de monumentos históricos do Grande ABC. 'Pretendemos cobrar do prefeito de Santo André a confecção de uma lei que trate da preservação de imóveis históricos no Município, que também foi prometido e até agora não ocorreu' – concluiu."

A manchete da reportagem já é bastante simbólica, definitivamente o Diário do Grande ABC elegeu a apatia e a inabilidade do poder público como responsáveis pela crise estrutural vivida pelo Cine Carlos Gomes representada na figura do então prefeito Newton Brandão.Após o ano de 1988 sairia do cargo para a entrada de Celso Daniel.

3.2 RECONHECIMENTO DO VALOR HISTÓRICO DO PATRIMÔNIO (1989-1992)

Em novembro de 1988, Celso Daniel do partido dos trabalhadores foi eleito prefeito de Santo André. Iniciou o mandato em janeiro do ano seguinte. Gostaríamos de iniciar a abordagem da primeira gestão de Celso Daniel com o primeiro documento que encontramos abordando a relação da nova gestão municipal com o Cine Teatro Carlos Gomes que se trata do decreto que tornou de utilidade pública o prédio do Cine Carlos Gomes:

> "O Prefeito Municipal de Santo André, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 15, do Decreto Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, D E C R E T A:
>
> Artigo 1 - Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, o imóvel de classificação fiscal nº 5.034.001, situado do Distrito Sede do Município e Comarca de Santo André, de acordo com as plantas e demais elementos instrutórios constantes do processo administrativo nº 36.608/90-4, destinado a instalação e construção de edifício público, e que assim se descreve:
>
> Uma área de terreno com 1.460,00 m2 (hum mil, quatrocentos e sessenta metros quadrados), e respectiva construção com 1.127,00 m2 (hum mil, cento

> e vinte e sete metros quadrados), situado no Distrito Sede do Município e Comarca de Santo André, a rua Senador Fláquer nº 110/120, de propriedade de MASINI E GIANOTTI LTDA., com 22,00 m (vinte e dois metros) em reta, entre os pontos "1" e "2" (assinalados na planta), pelo alinhamento da rua Senador Fláquer; 30,00 m (trinta metros) em reta, entre os pontos '2' e '3' (assinalados na planta), confrontando com o imóvel que consta pertencer ao Banco do Brasil S.A.; 2,00 m (dois metros) em reta, entre os pontos '3' e '4' (assinalados na planta); 40,00 m (quarenta metros) em reta, entre os pontos '4' e '5' (assinalados na planta), confrontando com o imóvel que consta pertencer ao Banco do Brasil S.A.; 20,00 (vinte metros) em reta, entre os pontos '5' e '6' (assinalados na planta), pelo alinhamento da rua Gertrudes de Lima; 70,00 m (setenta metros) em reta, entre os pontos '6' e '1' (assinalados na planta), pelo alinhamento da rua Dr. Cesário Mota, onde teve início esta descrição.
>
> Decreto nº 12.608/90
>
> Artigo 2 - Fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo judicial da desapropriação, para os fins do disposto no artigo 15, do Decreto Lei Federal nº 3.365, de 21 de julho de 1941, com suas alterações posteriores.
>
> Artigo 3 - As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta de verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
>
> Artigo 4 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
>
> Prefeitura Municipal de Santo André, em 04 de dezembro de 1990.
>
> ENGº. CELSO DANIEL
>
> PREFEITO MUNICIPAL"

A primeira ação da nova gestão relacionada ao Cine Carlos Gomes foi de declarar o imóvel como de utilidade pública e tal acontecimento pode ser interpretado uma conquista social especialmente dos munícipes que estiveram realmente envolvidos e dedicados na luta pela preservação do Cine Carlos Gomes, apesar de se tratar "apenas" do primeiro passo para efetivação da sua reativação e conservação. Dessa maneira ao menos na teoria e na legalidade o prédio estaria protegido de outros ataques. Importante citar o que o novo secretário de Cultura Celso Frateschi declarou sobre o decreto que tornou o prédio de utilidade publica para o município em matéria do Diário do Grande ABC:

> "... Para o secretário de Educação, Cultura e Esportes, Celso Frateschi, a desapropriação, que a partir de agora poderá ser feita de maneira amigável ou não, vem atender às reinvidicações da comunidade andreense 'Em 87, quando o cinema foi fechado, um abaixo-assinado de 20 mil assinaturas exigiu o tombamento, também discutido no 1° congresso de historia do ABC. Um outro documento, com seis mil assinaturas exigia um espaço cultural no centro' – conta ..."

> "... Apesar de ainda não ter acesso ao prédio, Frateschi acredita que a recuperação total não poderá ser feita toda nessa gestão. 'O palco está destruído, o varejão descaracterizou a fachada e não sabemos como está a estrutura. Mas queremos recuperá-lo, mesmo precariamente, para o aniversário da cidade, em abril. A obra total vai demandar outras parcerias, pois não será barata' – conclui."

Queremos comentar na declaração do novo secretário da cultura que é interessante como ele usa o meio da imprensa para se colocar como parte de uma nova gestão mais representativa da vontade popular, um dos objetivos é fazer propaganda de uma gestão que está começando que precisa de apoio e como a desapropriação do imóvel era uma demanda social neste contexto provavelmente os novos ocupantes do poder público municipal concluíram que seria importante reconhecer o cinema como patrimônio histórico municipal diretamente ligado com a identidade da cidade. Com isso ficariam com uma boa imagem com a parcela da população adepta da causa e não seria alvo dos ataques do Diário do Grande ABC, visto a experiência do último prefeito. A desapropriação do Cine Carlos Gomes foi notícia na Folha de São Paulo naquele ano:

> "A prefeitura de Santo André comunicou ontem a 'emissão na posse' (procedimento legal que garante desapropriação) aos comerciantes que ocupam o local do antigo Cine-Teatro Carlos Gomes, na rua Senador Fláquer.
>
> Segundo o secretário de assuntos jurídicos da prefeitura, Francisco Calheiros, 34, houve resistência por parte dos responsáveis pelo varejão de tecidos estabelecido na área e hoje o oficial de justiça voltaria acompanhado de 'força policial'.
>
> Paulo Ruggeri, 57, advogado da família Masini, proprietária do imóvel, disse que o gerente da loja foi apanhado de surpresa e não soube o que fazer. Segundo ele, o assunto foi tratado apenas com a família proprietária.
>
> 'Eles (os comerciantes) estão pagando pelo que não fizeram', disse Ruggeri. O decreto que transforma o Carlos Gomes em área de utilidade pública saiu desde dezembro do último ano. Um depósito de Cr$ 340 milhões referente à desapropriação já foi efetuado.
>
> O processo envolve ainda um estacionamento, que opera junto ao varejão. O coordenador de planejamento da prefeitura, Alípio Freire, 45, informou que a desapropriação do Carlos Gomes é apenas um dos itens de um projeto de revitalização do Centro.
>
> O objetivo desse projeto é criar mais espaços culturais na cidade, como oficinas de literatura e artes plásticas, que funcionariam nos prédios atuais da promoção social e guarda municipal.
>
> 'A família Masini não tem interesse na desapropriação e a avaliação está abaixo do valor. A reativação do cine-teatro não tem finalidade e o prédio comercial gera empregos', disse Ruggeri.

> Francisco Calheiros informou que os comerciantes têm cinco dias úteis para desocupar o imóvel. Caso isso não ocorra, a prefeitura pretende acionar o judiciário para despejar os funcionários da loja e do estacionamento."

Trouxemos essa reportagem com objetivo mais ilustrativo atentando-se primeiro para os altos valores que são associados à compra (desapropriação) do prédio por parte da prefeitura e que nos revelam que esta não foi uma operação em que os proprietários saíram com prejuízo apesar das declarações do advogado da família na matéria serem críticas negativas sobre a desapropriação, o autor da matéria constrói o texto de maneira a parecer que a prefeitura está prestando um desserviço para a cidade fechando o comércio e dando espaço de fala para o advogado dos proprietários propagar os interesses dos donos do cinema.

Acreditamos que para enriquecer a construção da nossa interpretação histórica acerca do cine Carlos Gomes é importante trazer documentos com visões diferentes sobre o que significava o tombamento do prédio. Até agora usamos majoritariamente apenas matérias produzidas pelo Diário do Grande ABC como material de imprensa, além de documentos oficiais. Vamos incluir na nossa reflexão outra perspectiva da imprensa através de outro jornal regional sobre a desapropriação do Cine Carlos Gomes. Atualmente esse veículo denomina-se "Folha do ABC" que se trata de uma continuação do jornal "A Vanguarda", fundado em 1º de outubro de 1956, por um grupo de sócios. Vamos analisar qual o posicionamento do periódico sobre esse processo de desapropriação:

> "A prefeitura de Santo André deverá gastar cerca de 2,5 bilhões de cruzeiros com a desapropriação e reconstrução do Cine Carlos Gomes, dinheiro que deverá ser coberto pela população local, através de impostos. Para obter a imissão de posse a prefeitura depositou nos autos da ação de desapropriação, processo n°1.362/90, a importância de 340 milhões de cruzeiros. É um valor provisório e fixado para março ultimo.
>
> Essa importância corrigida para este mês já alcança cifra superior a Cr$684.000.00,00. Somente a título de atualização mensal a prefeitura de Santo André incorre em importância aproximada de Cr$ 116.000.000,00 considerando uma inflação média de 16% ao mês, alem dos juros de lei.
>
> Entretanto, a empresa proprietária do imóvel entende que a prefeitura deve pagar quantia superior a Cr$ 1.915.552.138,62 da data de desapropriação, valor este encontrado nos levantamentos efetuados pela própria prefeitura.
>
> Além dessa desapropriação, a prefeitura deverá indenizar os locatários do imóvel (Varejão Chaves e Estacionamento Carlos Gomes) em cerca de 500 milhões de cruzeiros, referentes ao lucro cessante, despesas com mudança, indenizações de empregados, fundo de comércio, diferença entre o aluguel que estariam pagando e o que teriam que pagar em outro imóvel nas proximidades, etc.

> Fora isso tudo, ou seja, despesas com os proprietários do imóvel, a prefeitura de Santo André tem que gastar cerca de 933 mil dólares (570 milhões de cruzeiros) na reconstrução do imóvel. Também não foi levado em consideração, em meio a euforia provocada pelo movimento de preservação do antigo cinema, que o ato redundou na demissão de 30 empregados. Uma vez desalojadas, tais empresas deixam também de contribuir, através de impostos, para os cofres públicos municipais.
>
> Muitas pessoas ressaltam que a prefeitura poderia satisfazer os anseios do grupo SOS, com a edificação de um teatro no Parque Central, conforme sugestão feita pela Acisa. Lembram ainda que a prefeitura possui terreno na rua Senador Fláquer onde hoje funciona o estacionamento Patropi (antiga faixa da Light) onde poderia ser construída uma replica do Cine Carlos Gomes, atendendo, dessa forma a vontade de uns poucos saudosistas que querem cultivar o passado, ainda que às custas de elevados dispêndios financeiros por parte do poder público. Dinheiro que – salientam – poderia estar sendo aplicados na construção de casas populares, no saneamento básico, na construção de escolas e postos de saúde.
>
> Para se ter uma idéia, estes 2,5 bilhões de cruzeiros dariam para construir 600 casas (no valor de quatro milhões de cruzeiros cada), o que atenderia 600 famílias que vivem hoje em condições sub-humanas, jogadas nas favelas da periferia."

Iniciaremos essa análise explicitando que esta foi à primeira matéria de imprensa que encontramos em que a preservação do Cine Carlos Gomes é duramente criticada e não defendida. O conteúdo dessa reportagem é dedicado a revelar e analisar o custo total de todo o processo para que a administração torne possível e viável a efetivação do tombamento do imóvel. A(s) fonte(s) as quais foram consultados esses valores não é declarada na matéria. No texto o autor argumenta que daria para satisfazer a vontade popular e do grupo SOS Carlos Gomes na qual ele se refere como "alguns poucos saudosistas" sem que ocorresse um rombo no cofre público municipal. São usadas estratégias como elencar outros problemas estruturais na cidade em que o dinheiro poderia ser investido etc. Tudo isso para na nossa interpretação mobilizar a opinião pública a ser contra a desapropriação do imóvel. A questão que devemos colocar é, será que esse dinheiro que está sendo investido no Cine Carlos Gomes não tivesse esse destino e ficasse nos cofres públicos esses investimentos citadas iriam se concretizar?

Aproveitando esse período que estamos tratando que se localiza entre a declaração do imóvel como de utilidade publica, sua desapropriação e por fim o tombamento. Quero trazer os depoimentos do ex-vereador de Santo André e militante do SOS Carlos Gomes Tiago Nogueira e da arquiteta, professora e militante do SOS Carlos Gomes sobre como ela viveram, viram e interpretaram esse processo. Iniciando pela professora Silvia, segundo a perspectiva dela o procedimento de

tombamento foi realizado de forma bastante rápida e consequentemente negligente. Segundo o relatado pela entrevistada o processo ocorreu sem estudo, justificativa e laudo técnico. Essa fragilidade no processo talvez justifique a não existência de um relatório de tombamento e as dificuldades para a preservação do imóvel, afinal um tombamento que ocorre sem um estudo cientifico especializado na área de patrimônio histórico provavelmente sofrera com os desafios posteriores para sua conservação plena. Já Tiago Nogueira dividiu o processo de tombamento em dois momentos, primeiro a compra (desapropriação) do prédio por parte da prefeitura e posteriormente o tombamento existe um intervalo de tempo entre esses dois acontecimentos, é no ano de 1990 que o Cine Carlos Gomes é desapropriado e somente em 1992 é realizado o seu tombamento já com existência do COMDEPHAAPASA. Apesar da existência do órgão de proteção municipal isso não assegurava a qualidade e a efetividade das suas ações, segundo a professora Silvia Helena Passarelli após a criação do COMDEPHAAPASA havia certa euforia em tombar propriedades, tanto é que em "uma tacada só" foram tombados a casa do olhar, casa da palavra, Carlos Gomes (A data oficial do tombamento segundo o que consta no COMDEPHAAPASA é onze de novembro de 1992) e parque da criança (não necessariamente nessa ordem). A diferença é que entre esses patrimônios o único que está em ruínas é o Carlos Gomes. Enfim, finalmente no ano de 1992 é concretizado o tombamento e o Cine Carlos Gomes volta a abrigar as suas atividades originais como é noticiado no Diário Popular:

> "Depois de uma luta que se iniciou há cinco anos, Santo André reabre hoje o Cine Teatro Carlos Gomes para suas atividades originais. Em razão da crise que levou ao fechamento de inúmeros cinemas e teatros em todo Brasil, o espaço funcionou por mais de quatro anos como estacionamento de veículos e varejão de tecidos. A reabertura do Carlos Gomes faz parte do projeto de recuperação do centro de Santo André, que pretende criar um 'corredor cultural' no centro da cidade.
>
> O cine teatro Carlos Gomes foi fundado em 1912, mas somente em 1925 foi construído o atual prédio. O teatro foi reformado em 1947, quando a fachada original, em estilo neoclássico, foi substituída por uma construção inspirada na arquitetura alemã e italiana da época. 'Tentamos manter o máximo possível do original ao mesmo tempo em que pudéssemos torná-lo apto a operar com equipamentos modernos', diz o coordenador do projeto de recuperação do centro, Alípio Viana. O novo Carlos Gomes reabre com capacidade para 704 pessoas, som dolby-stereo e novo palco que possibilita até a apresentação de óperas.
>
> 'Trata-se de um lugar de grande ligação afetiva com a cidade. Aqui muitos dos moradores se divertiam, conheceram e namoraram. Por isso foi fácil conseguir as 25 mil assinaturas', diz o secretário de cultura do município, o ator Celso Frateschi, referindo-se ao abaixo-assinado que, em 1987 gerou o

> movimento SOS Carlos Gomes. ‘Estamos conseguindo fazer um Cinema Paradiso às avessas’, comemora.
>
> Na década de 80, o cine-teatro viveu o auge de sua decadência e o abaixo-assinado não conseguiu evitar o fechamento. Os proprietários resolveram alugar, em 1987, o seu interior para um estacionamento – para isso derrubaram o palco – e a sua frente para uma loja de tecidos. Somente em 1990, já com a atual administração, a luta pela desapropriação do prédio foi retomada, obtendo êxito em agosto do ano passado. Nas obras, descobriu-se – sob quatro camadas de tinta – a pintura original da boca de cena, que inclui a efígie de Carlos Gomes. A pintura original será restaurada.”

Destaca-se como é trazido para o presente o passado do Cine Carlos Gomes com exaltação da sua trajetória cultural e das suas transformações estruturais e fazendo uma projeção para o futuro como algo que aparente ser de sucesso com as reformas feitas para sua volta as atividades de cinema. 1992 é o último ano da primeira gestão Celso Daniel.

3.3 NOVA CRISE ESTRUTURAL (2009-2012)

Após um processo longo de luta pela preservação e a conquista do reconhecimento e legitimação do cine Carlos Gomes como patrimônio histórico de Santo André o restante da década de 1990 e o inicio dos anos 2000 são marcados por uma regularidade na funcionalidade e nas atividades do Carlos Gomes. Apesar de não ser movimentado e nem exibir tantos filmes quanto em seus tempos áureos o espaço estava sendo aproveitado pela Escola Livre de Teatro, cinema e vídeo além de apresentações/ações artísticas. Entretanto o cine teatro após seu tombamento se manteve ativo por apenas dezessete anos, porque no inicio de 2009 no dia vinte sete de janeiro a defesa civil interditou o cine Carlos Gomes alegando que este não possuía condições estruturais para abrigar as aulas da Escola Livre (Na época única atividade que era realizada no espaço). O Diário do Grande ABC novamente desempenha função de cobertura desse novo capítulo da história do Cine Carlos Gomes, vejamos:

> “O prédio do Cine Teatro Carlos Gomes, no centro de Santo André, foi interditado ontem pela defesa civil municipal. Uma vistoria por ordem da Prefeitura validou o que há muito vinha sendo apontado por defensores do patrimônio histórico e ativistas culturais: o prédio não tem segurança estrutural para abrigar qualquer tipo de atividade. Inaugurado em 1912, o Carlos Gomes é o mais antigo cinema do Grande ABC.
>
> Rachaduras, cupins e falta de saídas de emergência foram alguns dos problemas apontados pelos técnicos, segundo o secretário municipal da cultura, esportes e lazer Edson Salvo Melo ‘A gente achou por bem fazer a interdição, que é o início do processo da revitalização do espaço. A situação do teatro está precária há um bom tempo. ’

> A reforma do Cine Teatro, tombado em 1992, era prevista no plano de governo do prefeito Aidan Ravin (PTB). Sob o comando de Celso Daniel (PT), a prefeitura havia ensaiado em 1999 dar nova cara ao Carlos Gomes, mas a idéia ficou engavetada. O plano previa a revitalização da sala principal, um espaço multiuso para teatro e cinema e a construção de mais uma sala na parte de baixo apenas para projeção de filmes. 'O projeto precisa ser reavaliado porque a gente pretende não sair do zero. Esse estudo já foi pago, partiremos dele para transformar o local', diz Melo.
>
> A reforma do Cine Teatro não tem data para começar. A única garantia da prefeitura é de que o espaço voltará a fazer jus ao nome e a exibição de filmes será retomada. O dinheiro para obra, ainda sem valor estimado, deverá vir por parcerias com outras instâncias do governo e pela iniciativa privada.
>
> Prova de que a construção histórica padecia é que palco e plateia haviam sido interditados ano passado e assim permaneceram até este mês. A parte transitável do espaço estava sendo usada pela Escola Livre de Cinema que, a partir de março, funcionará em uma sala projetada para as atividades na Chácara Pignatari, no bairro Santa Terezinha.
>
> 'Esperamos que o Carlos Gomes se torne um centro cultural e sede da Escola de Cinema e não só uma sala de exibição, afinal, a história do local é o cinema', diz o presidente interino do Conselho Municipal de Cultura Mário Simões.
>
> Segundo o secretário Melo, a possibilidade de o grupo voltar ao Carlos Gomes existe 'O projeto original precisaria ser readequado para a escola ficar instalada lá, por isso o reestudo do plano é importante', diz Melo.
>
> 'Esperamos que o espaço agora seja melhor utilizado, pois desde que o Carlos Gomes passou a pertencer a prefeitura *(era um prédio particular)* o local ficou praticamente sem função', avalia um dos coordenadores do Gipem (Grupo independente de pesquisadores da memória), José Duda Costa."

Por boa parte do mandato do prefeito Aidan o cine Carlos Gomes foi pouco discutido, mas da metade para o final da sua gestão mais especificamente em dezembro de 2011 a nossa entrevistada Silvia Helena Passarelli conta que foram iniciadas obras para "revitalização" no prédio e transformação do mesmo na sede da orquestra da cidade sem a aprovação do COMDEPHAAPASA o que na nossa interpretação é um erro muito grave e o tempo provou isso. Essas obras causaram grande prejuízo para a estrutura do Carlos Gomes e foram denunciadas pelo ABCDMaior que é um portal de notícias que cobre exclusivamente a região formada pelas cidades de Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, com atualização diária e em tempo real. Segundo seu portal oficial, a proposta desse meio de comunicação é mostrar a região do ponto de vista dos movimentos sociais e dos sindicatos de trabalhadores. Na época em reportagem de vinte e nove de julho de 2012 é feita a denuncia da negligência do inicio das obras sem o aval do conselho patrimonial e sobre os danos que as obras causavam na estrutura:

> “Após mais de dois anos fechado por problemas estruturais, o Cine Teatro Carlos Gomes, no Centro de Santo André está sendo revitalizado desde dezembro de 2011. O prédio, tomabdo pelo Comdephaapasa (Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico Artístico, Arquitetetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André) desde 1992, não está recebendo os devidos cuidados em sua restauração. Parte da estrutura foi demolida. A fachada da rua Senador Fláquer, onde se lia o nome do teatro e onde se encontrava a estrela de gesso que era símbolo do cine teatro, foi uma das áreas que vieram abaixo. Também foi removido o forro do teto.
>
> O professor da Faculdade de Educação da USP (Universidade de São Paulo) e ex-integrante do Gipem (Grupo independente de pesquisadores da memória) Marcos Sidnei Euzébio acredita que não está sendo seguido o projeto aprovado pelo corpo técnico do Conselho do Patrimônio. ‘Em dezembro de 2011, ficou decidido que o projeto só seria tocado adiante se o poder público apresentasse a empresa responsável pelo restauro e como seriam as intervenções. Pelo que estou percebendo, isso não foi feito’, disse.
>
> Para José Duda Costa, coordenador do Gipem, o Comdephaapasa não consegue fiscaliar os patrimônios da cidade como deveria ‘O poder público sempre muda os membros. Não há como criar vínculo e cobrar as autoridades’, disse.
>
> ‘Fizemos um novo estudo em conjunto com a prefeitura. Se eles não estão cumprindo, podem ser denunciados e acionados’, explicou Renato Brancalione, historiador e membro da atual gestão do Comdephaapasa.
>
> Entre os requisitos feitos pelo conselho estão a permanência da estrela de gesso no teto e a boca de cena (arco sobre o palco). ‘A frente poderia ser demolida, já que será feita nova fachada. Mas alguns pontos não podem ser mexidos’, afirmou Brancalione.
>
> Em nota, a Prefeitura de Santo André informou que a reforma é tocada por empresa que realiza trabalhos em próprios públicos da cidade e, para isso, foi feito contrato de manutenção continuada no valor de R$ 3,5 milhões para troca de cobertura, saguão, palco e camarins.
>
> O primeiro projeto encomendado pela Prefeitura, em 1999, estava orçado em R$ 8 milhões e previa remodelação completa do interior do Carlos Gomes, além da criação de um espaço subterrâneo, a instalação de biblioteca e duas salas de cinema. O atual projeto prevê somente a restauração do cinema e a criação de uma sala de concertos.”

As obras em julho de 2012 passaram a ser investigadas no Ministério Público visando apurar as denúncias que vinham do COMDEPHAAPASA e no dia seis de julho foram paralisadas por um acordo assinada entre a promotoria e a prefeitura com prazo de dez dias para esclarecimentos sobre toda a situação. Essas informações foram coletadas da matéria do Diário do Grande ABC do dia seis de julho de 2012.

Marcelo Reina, professor e militante do PSOL, trouxe uma reflexão muito interessante sobre o período, tratando as ações da prefeitura como de desespero por entregar algo no final do mandato visando conseguir cooptar mais votos e que no final das contas teve o efeito inverso ao desejado pela gestão e desgastou a imagem do prefeito com a população.

Por fim queremos acrescentar que só o fato da estrutura do imóvel Carlos Gomes estar de pé já revela a resistência dos andreenses porque apesar dos ataques do mercado imobiliário, da crise com cinemas de rua no Brasil e a indiferença com que o espaço foi tratado no seu momento mais critico pelo poder público o prédio que ainda permanece com inúmeros problemas segue vivo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou-nos compreender o patrimônio histórico em seus diversos âmbitos. Desde o seu reconhecimento pela sociedade, passando pelo poder público, transitando por conceitos como memória e identidade. Através da pesquisa realizada, foi possível chegar a uma interpretação de como ocorre à construção do valor histórico de um determinado local, aspecto que será determinante para transformação do mesmo em patrimônio público. A principal questão que nos guiou na nossa reflexão foi a falta de preservação e uso de um prédio que é um patrimônio público da cidade. Para compreender essas questões, analisamos documentos como depoimentos de pessoas envolvidas com a causa do Carlos Gomes, matérias publicadas por jornais impressos da região, documentos oficiais da prefeitura de Santo André e fotografias. Por meio dessas fontes, foi possível acompanhar o processo de precarização da estrutura, a manifestação de uma parte da sociedade em defesa do cinema, o reconhecimento do prédio como patrimônio histórico pelo poder público municipal através do processo de tombamento e anos depois seu novo abandono. Procuramos nos capítulos apresentar as duas perspectivas que consideramos fundamentais para construção da nossa interpretação histórica, com o primeiro capítulo tendo como foco a parcela da sociedade que se engajou na defesa do Cine Carlos Gomes e no segundo capítulo buscamos acompanhar as ações tomadas pelo Poder Público para a concretização da reivindicação de tombamento.

Compreendemos que um dos aspectos mais relevantes desse trabalho foi ouvir as pessoas que lutaram pela preservação do Cine Carlos Gomes. Porque esse grupo da sociedade transmitiu a necessidade de que o cinema fosse conservado. Afinal se o prédio não possuísse lugar no imaginário dessa parcela da sociedade provavelmente o mesmo teria sido extinto sem maiores impedimentos. Inclusive esse foi um dos pontos mais interessantes na construção da reflexão, perceber quais valores a sociedade creditava naquele espaço.

Uma das conclusões que chegamos está vinculada com o espaço público, especialmente os que são reconhecidos como patrimônio histórico podem servir de instrumento político para pessoas e partidos que almejam ocupar o cargo de prefeito da cidade. Especialmente a partir dos anos 2000, o cinema passa a ser alvo de diversas promessas feitas por candidatos a prefeitura, próximo ao período eleitoral e que no fim das contas nunca se concretizam. No segundo capítulo explicitamos o caso

da gestão do ex-prefeito Aidan Ravin em que o mesmo inicia obras para revitalizar o cinema visando uma ação política para conquistar apoio do grupo que se identifica com o local, entretanto essa movimento do ex-prefeito tem o efeito inverso e causa um maior desgaste da sua imagem com a sociedade andreense.

Portanto acreditamos que a falta de preservação do cinema mesmo após o seu tombamento possui diferentes explicações. A primeira que gostaríamos de citar é a falta de recursos no orçamento municipal da cultura. O segundo ponto é a falta de iniciativa e criatividade dos gestores públicos em encontrar soluções para a situação e por último é a falta de diálogo com a sociedade no momento de se pensar o que será feito com o espaço. Os projetos de revitalização não passam por um debate público com a população o que causa estranhamento, afinal são os moradores de Santo André e de outras regiões do ABC que irão frequentar o espaço.

Dada à importância do assunto, entedemos que o tema da nossa pesquisa ainda tem conteúdo a ser explorado, especialmente se o recorte temporal e as problematizações forem diferentes das nossas. Muitos documentos que não conseguimos ter acesso (Relatório de tombamento, por exemplo) em algum outro momento outros pesquisadores podem conseguir consultá-los e assim realizar novas reflexões e interpretações sobre o assunto que com certeza irão enriquecer o conhecimento histórico acerca do Cine Carlos Gomes. Quanto a futuras pesquisas vemos como possibilidade o estudo de outros monumentos da cidade de Santo André como o Cine Tangará que não é reconhecido como patrimônio histórico apesar de ter sido outro marco da cidade.

Ficamos bastante satisfeitos com os resultados da pesquisa. Acreditamos que nossa reflexão contribuirá com futuros pesquisadores que queiram tratar da história cultural da cidade de Santo André, com pessoas curiosas a respeito da história do Cine Carlos Gomes e esperamos despertar o interesse maior tanto da comunidade acadêmica quanto da sociedade para as produções historiográficas regionais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção. “O tombamento como instrumento de proteção ao patrimônio cultural”. Revista Brasileira de estudos políticos, Belo Horizonte, n. 98, p. 65–97, jul./dez., 2008.

BLOCH, Marc. “Apologia da história ou O Ofício do historiador”. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2002.

BRASÍLIA, Legislação sobre patrimônio cultural (2010), Decreto lei n°25. Disponivel em:www.mpma.mp.br/arquivos/COCOM/arquivos/centros_de_apoio/cao_meio_ambiente/manuais/Noticia5575A4733.pdf. Acesso em: 13 de jul. 2019.

COELHO, Teixeira. “Dicionário crítico de política cultural”. São Paulo: Iluminuras; FAPESP, 2004.

CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. “Na oficina do historiador: Conversas sobre história e imprensa”. Revista Projeto História, São Paulo, n.35, p.253-270, dez.2007.

FRATESCHI, Celso; MOREIRA, Altair. Não esquecer o rosto e nem a partida: cultura e ação cultural em Santo André. In: FARIA, Hamilton; SOUZA, Valmir. Experiências de gestão cultural e democrática. São Paulo: Polis, 1993.

HOBSBAWM, Eric. “A História de baixo para cima” (In: Sobre História). São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

JACOBS, Jane. “Morte e vida nas grandes cidades”, São Paulo. Editora: WMF Martins Fontes, 2011.

LE GOFF, Jacques. “História e memória”. Campinas, São Paulo. Editora da Unicamp, 2012.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. “A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio cultural urbano”.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de - A crise da memória,história e documento. Reflexões para um tempo em transformação. In: Silva, Z. L. - Arquivos, Patrimônio e Memória. São Paulo, UNESP/FAPESP, 1999, p. 11-30.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de - “A história, cativa damemória?”. Revista do IEB, n. 34, p.19-23, 1992.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de - A paisagem como fato cultural. in: Yázigi, Eduardo, org. - Turismo e paisagem. Campinas, Contexto, 2002: 29-64.

PASSARELLI, Silvia Helena. “CINE-TEATRO CARLOS GOMES: Apropriação social, resistência e preservação do patrimônio”. Encontro Internacional Arquimemória na Bahia, 2013.

RABELLO, Sônia. “O ato de tombamento e seus requisitos”. In “O estado na preservação de bens culturais”. Rio de Janeiro, 2009. IPHAN.

RONIK, Raquel. “O que é cidade”. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. (Coleção primeiros passos).